

## Acordo garante votação do Orçamento nesta semana

Vencida a etapa de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, com quase seis meses de atraso, e aprovados os dez relatórios setoriais pela Comissão Mista de Orçamento em um prazo recorde de 15 dias, a tramitação do projeto de lei do Orçamento para o próximo ano poderá ser concluída na sessão do Congresso a ser reaberta na quinta-feira.

PÁGINA 3



ROSEWELT PINHEIRO

Votação na sessão do Congresso na última quinta-feira. Trabalhos continuam nesta semana, quando senadores e deputados examinam relatório final de Valdir Raupp

Senado aprova Super-Receita. Projeto volta à Câmara

PÁGINA 7

Relatório do TCU aponta obras com irregularidades

PÁGINA 4

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17

INTEGRAÇÃO

## Parlamento é instalado para fortalecer o Mercosul

Com a presença do presidente Lula e de delegações estrangeiras, foi realizada na quinta-feira a sessão do Congresso destinada à constituição do Parlamento do Mercosul. O novo órgão será composto por 18 parlamentares de cada integrante do bloco: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Eles deverão acompanhar de perto a tramitação, em cada parlamento nacional, dos projetos de lei e dos tratados internacionais que afetem a região.

PÁGINA 8



JANE ARAUJO

Renan (em primeiro plano), Lula, Aldo e Tarso participaram da sessão especial do Congresso

Estatuto da Pessoa com Deficiência vai à Câmara

PÁGINA 15

cidadania

Respeito mútuo deve ser a regra no condomínio

Veja nesta e na próxima edição do *Especial Cidadania* o que é possível fazer para conviver com os vizinhos sem entrar em conflito.

PÁGINA 20









**ORÇAMENTO** Após atraso de meses, aprovação da LDO destrava votação; comissão já analisou os dez relatórios

# Relatório final pronto para votação

Vencida a etapa de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com quase seis meses de atraso, e aprovados os dez relatórios setoriais pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) em um prazo recorde de 15 dias, a tramitação do projeto de lei do Orçamento de 2007 poderá ser finalizada esta semana, na sessão do Congresso a ser reaberta nesta quinta-feira, a partir das 16h.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) confirmou ao **Jornal do Senado** que entregará o seu relatório final na tarde desta segunda-feira, viabilizando assim o cumprimento do cronograma de votação do projeto orçamentário na comissão. Um reforço de última hora, no montante de R\$ 1,58 bilhão, obtidos de concessões de áreas de exploração petrolífera que irão engrossar as receitas do governo federal em 2007, acabou ajudando o relator-geral a acomodar pleitos, principalmente da área da saúde. Assim, a arrecadação estimada pelo Congresso já é R\$ 10,6 bilhões acima do valor encaminhado pelo governo.

O acordo para superar o impasse com a oposição acerca da LDO foi negociado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator da matéria, até minutos antes da votação em Plenário. O maior ponto de conflito foi a insistência do PFL em manter o mecanismo que freia os gastos correntes primários do governo – como



Em reunião do Congresso na quarta-feira, Jucá (ao centro) costurou acordo para aprovação da LDO

personal, custeio da máquina e despesas previdenciárias – em 0,1 ponto percentual do produto interno bruto (PIB), o que significaria uma redução, dos 17% do PIB previstos na LDO de 2006, para 16,9% do PIB em 2007.

Incluído no texto aprovado, o mecanismo deveria ser aplicado na hora de o governo executar o Orçamento, não impedindo a aprovação da proposta de texto orçamentário para 2007 que está em elaboração e cujas despesas desconsideram a aplicação desse

reduzidor. Desde que assumiu a relatoria geral, Raupp deixou claro que o Congresso não teria como cumprir o dispositivo estabelecido originalmente pelo governo e defendido pelo PFL.

Isso porque o governo enviou, pela primeira vez desde a Constituição de 1988, um projeto com despesas superestimadas, contrariando a tese de que o Congresso é o grande gastador. A aplicação do

reduzidor exigiria dos parlamentares um corte de gastos de R\$ 5,2 bilhões na proposta original, o que inviabilizaria as negociações no Congresso e as chances de o Orçamento ser aprovado até o fim do ano.

**Arrecadação estimada subiu R\$ 10,6 bi desde início da análise do Orçamento**

Ou seja, com o reduzidor, na prática, a LDO já preveria a aplicação do instrumento mais criticado pelos parlamentares: o contingenciamento que o governo faz

todos os anos sobre as verbas autorizadas pelo Legislativo. Mas o líder do governo e relator da LDO avisou, logo depois da votação, que o presidente deve vetar o dispositivo.

A área econômica conseguiu emplacar, na última hora, um artigo na LDO que permite a utilização dos recursos que excederem a meta de superávit primário do governo central e das estatais, de 3,15% do PIB na soma dos dois (2,45% do PIB mais 0,70% do PIB, respectivamente), para reforçar os investimentos de infra-estrutura enquadrados no chamado Projeto Piloto de Investimentos (PPI). Essa se tornou a principal fonte de recursos para as rodovias federais.

O governo, no entanto, não poderá descumprir a meta global do que precisa economizar para pagar juros da dívida pública (4,25% do PIB). Como tem ultrapassado essa meta, o governo assegurou a autorização legal para usar o dinheiro para alavancar os investimentos públicos em 2007.

Também foi aprovada emenda da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) que dispensa os municípios pobres com até 25 mil habitantes, que apresentam Índice de Desenvolvimento Humano municipal abaixo de 0,6 ou que estejam localizados nas faixas de fronteira, de contrapartida em obras e serviços das áreas sociais, realizados em parceria com o governo federal.

## Mínimo de R\$ 375 é referência para Orçamento

Mesmo sem o governo ter uma definição sobre qual o critério que irá valer para reajustar o salário mínimo pelo menos nos próximos quatro anos – antes de bater o martelo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já avisou que quer discutir as propostas com as centrais sindicais –, a Comissão de Orçamento optou por garantir o piso nacional de R\$ 375 como parâmetro para projetar os gastos da Previdência em 2007.

O aumento do salário mínimo de R\$ 350 para R\$ 375 (7,14%) acabou chancelado pelos parlamentares na semana passada, com a aprovação do relatório setorial do senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), que reúne Trabalho, Previdência e Assistência Social. A decisão deverá ser mantida no relatório geral do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), embora a área econômica tenha pressionado para incluir na previsão de gastos previdenciários um mínimo de R\$ 367.

A decisão sobre a evolução do salário mínimo nesse segundo mandato do presidente Lula poderá avançar nesta semana. O senador Paulo Paim (PT-RS) informou ao **Jornal do Senado** que irá insistir na proposta da Comissão Especial do Salário Mínimo, de adotar o valor de R\$ 400 já no próximo ano. As centrais sindicais continuam defendendo R\$ 420. Apesar dessas pressões, o grande dilema do governo continua sendo o de achar uma saída para assegurar ganhos reais aos trabalhadores que recebem o piso salarial e evitar esse impacto nas contas da Previdência, cuja maior



Quintanilha (E), ao lado do deputado Gilmar Machado, definiu em seu relatório setorial aumento de 7,14% no mínimo; valor deve prevalecer

parte dos benefícios está atrelada ao mínimo.

Sem conseguir emplacar reajustes diferenciados para ativos e inativos, o debate dentro do Executivo persiste sobre o critério de atualização a ser adotado: se mantém o INPC mais a variação do PIB *per capita*, como está definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); se a correção seria pela inflação medida pelo

IPCA acrescido de um percentual de aumento real; ou se a correção seria pela evolução do salário médio obtido a partir das informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho.

Se prevalecer o critério fixado na LDO, a área econômica já sinalizou ao Congresso as estimativas de correção do salário mínimo até 2010 no anexo de informações complementares ao

**Fórmula para reajuste da LDO prevê mínimo de R\$ 473,82 em 2010**

projeto orçamentário. Pelas projeções, os valores passariam dos R\$ 375 do próximo exercício para R\$ 405,08 em 2008, R\$ 437,62 em 2009 e R\$ 473,82 em 2010, último ano do segundo mandato de Lula, estimando correções de 8,04%, 8,03% e 8,27%, respectivamente. Essas previsões embutiriam, segundo consultores do Orçamento, hipóteses otimistas de crescimento da economia nesse período.

## LDO define novas regras para ONGs receberem verbas orçamentárias

O controle e a fiscalização sobre as entidades privadas, entre elas as organizações não-governamentais (ONGs) que recebem recursos federais, serão mais severos em 2007, obedecendo a recomendação da CPI dos Sanguessugas. A LDO estabeleceu que os ministérios e seus respectivos órgãos publiquem edital para habilitar e selecionar essas instituições, que serão alvo de uma CPI no ano que vem.

Outra providência foi exigir que na justificativa de suas emendas os parlamentares explicitem os dados da entidade beneficiária e de seus dirigentes ou responsáveis, como nome, endereço, número do CNPJ e do CPF, e o registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), quando for o caso.

O texto da nova lei proíbe a destinação de verbas para entidades que tenham parlamentares, seus cônjuges ou companheiros, entre seus proprietários, controladores ou dirigentes. Essa vedação, que já consta do parecer preliminar do relator-geral do Orçamento, atinge integrantes do Poder Legislativo tanto da União quanto dos estados, Distrito Federal e municípios. Outras exigências também foram definidas na LDO, como a prestação de contas informatizada dessas entidades; obrigação de elas identificarem seus beneficiários finais e só efetuarem os pagamentos por meio de conta bancária; e o repasse, pelos bancos, dessas informações à Secretaria do Tesouro Nacional.

A execução dos convênios com prefeituras e governos estaduais poderá ser registrada diretamente no Siafi, dando transparência também a essas informações.



**FISCALIZAÇÃO** Lista anual de obras com irregularidades chega ao Congresso e é anexada à Lei Orçamentária

# TCU sugere paralisação de 50 obras

Comissões parlamentares de inquérito como as do caso PC Farias, do Orçamento e do Judiciário, na década passada, revelaram exemplos graves de mau uso do dinheiro destinado a obras públicas. Como resultado dessas revelações, o Tribunal de Contas da União (TCU) começou a elaborar anualmente, a partir de 1996, uma relação de obras irregulares para ser anexada à Lei Orçamentária Anual (LOA). A última versão da lista deverá ser votada no começo desta semana, juntamente com o relatório da LOA para 2007, elaborado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO) no âmbito da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O TCU fiscalizou 400 obras em 2006 e incluiu mais de 50 na lista negra – o número exato pode mudar até a votação do documento de Raupp. Para figurar nesse rol, a obra tem que gerar risco de dano ao erário público e ser considerada grave. Uma irregularidade é considerada grave quando se enquadre em critérios como falta ou defeito no projeto básico, ausência de licitação e superfaturamento.

– A inclusão na lista aprovada pelo Congresso como anexo da Lei Orçamentária provoca a suspensão física, financeira e orçamentária da obra – diz Renato Jorge Brown, consultor de Orçamento do Senado.

Um comitê de parlamentares da CMO, assessorado por consultores da Câmara e do Senado (Brown está entre eles), avalia as informações enviadas pelo TCU. Com base nisso, produz o



Terminal do aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, está entre as obras listadas pelo Tribunal de Contas

relatório a ser votado juntamente com a Lei Orçamentária. Esse comitê é um dos três que apoiam o trabalho do relator-geral – os outros dois são os que avaliam as receitas orçamentárias e as emendas parlamentares. O colegiado é formado pelo senador Augusto Botelho (PT-RR) e pelos deputados Eduardo Valverde (PT-RO), Humberto Michiles (PL-AM), Marcelo Castro (PMDB-PI), Mussa Demes (PFL-PI), Roberto Balestra (PP-GO) e Sérgio Miranda (PCdoB-MG).

Consultores das duas Casas acreditam que a listagem do TCU vem mudando a mentalidade dos gestores públicos, que estão cada vez mais cuidadosos ao lidar com o dinheiro público. Isso porque

a lista inverte o ônus da prova. Uma vez incluída, a construção é paralisada. Os responsáveis têm de sanar as irregularidades para continuar tocando a obra. Antes da criação da lista, isso não ocorria. Era necessário concluir um processo para que o contrato fosse suspenso.

– Casos de grandes obras irregulares como a do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, em 1998, não aconteceram mais – afirma Homero de Souza Junior, que, com Túlio Cambraia, compôs a dupla de consultores da Câmara que assessorou o comitê de avaliação da lista do TCU.

Vale notar que até a Lei Orçamentária de 2000, a identi-

cação de irregularidades graves impedia o cumprimento de toda a obra em questão. A partir do ano seguinte, passou a ser vedada especificamente a execução dos contratos, convênios ou parcelas com problemas – não há impedimento à execução da parte da obra que não tem irregularidade.

## Prédio de escola agrícola é reincidente há anos

Uma das principais constatações dos consultores de Orçamento da Câmara e do Senado é que muitas construções incluídas na relação do TCU são reincidentes. Segundo Brown, dois terços das obras estão na lista há pelo menos três anos. Isso a ponto

de a CMO estar propondo a realização de audiências públicas para entender por que tais casos se repetem ano a ano, mesmo com os responsáveis cientes de que os contratos têm problemas. Ele citou o exemplo da Escola Agrotécnica de Nova Andradina, em Mato Grosso do Sul, que faz parte do orçamento do Ministério da Educação e está há cinco anos na lista.

– O prédio está pronto, mas não existe escola funcionando – observa o consultor.

Alguns órgãos sobressaem no número de obras incluídas na listagem do TCU. O Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), por exemplo, responde por metade da lista de 2006. Já o Ministério da Integração Nacional deve ter pelo menos dez obras na lista final a ser aprovada juntamente com o Orçamento. Boa parte delas referente a projetos de irrigação no Nordeste. A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) contribuiu com as obras nos aeroportos internacionais de Brasília e de Guarulhos, em São Paulo, dois dos mais movimentados do país.

De acordo com os consultores da Câmara, irregularidades ambientais, que não traziam grandes problemas para os responsáveis, têm causado a inclusão de obras na lista e sua conseqüente paralisação. Um exemplo é a construção da Barragem Berizal, em Minas Gerais, da alçada do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), orçada em R\$ 64,7 milhões.

## Algumas obras com irregularidades graves, conforme relatório do Tribunal de Contas da União



Fontes: CMO e TCU

Obra	Órgão responsável	Valor estimado para conclusão (em R\$)	Principais irregularidades
Complementação da infra-estrutura do Centro de Lançamento de Foguetes de Alcântara (MA)	Agência Espacial Brasileira (AEB)	Não disponível	Sobrepreço; projeto básico/executivo deficiente ou inexistente; irregularidades ambientais graves e impropriedades no processo de licitação
Expansão do sistema de transmissão associado à Usina Hidrelétrica de Tucuruí (MA)	Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte)	132 milhões	Reajustamento irregular; superfaturamento; ausência de planilha com quantidades e preços unitários referentes ao projeto básico/executivo
Sistema de transmissão de Itaipu (PR)	Furnas Centrais Elétricas	Não disponível	Ausência, no edital, de critérios para aceite de preços máximos; sobrepreço; restrição à competitividade da licitação; projeto básico/executivo deficiente ou inexistente; ausência de planilha com quantidades e preços unitários referentes do projeto
Obras rodoviárias emergenciais em trechos da BR-070, no Mato Grosso (Operação Tapa-Buracos)	Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Dnit)	Não disponível	Superfaturamento; deficiência grave de fiscalização; projeto básico/executivo deficiente ou inexistente com risco de dano ao erário público; contratação sem licitação
Obras rodoviárias emergenciais em trechos das BRs 466, 163, 476 e 272, no Paraná (Operação Tapa-Buracos)	Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Dnit)	Não disponível	Ausência de justificativa para preços acima dos de referência; deficiência grave na fiscalização; sobrepreço; básico/executivo deficiente ou inexistente com risco de dano ao erário; contratação sem licitação; celebração irregular de contratos; descumprimento de deliberações do TCU; execução orçamentária irregular; pagamento por serviços não realizados
Expansão do Aeroporto Internacional de Brasília	Empresa Brasileira de Infra-	Não disponível	Restrição ao caráter competitivo da licitação e sobrepreço
Adequação da infra-estrutura do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP)	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero)	Não disponível	Sobrepreço; execução orçamentária irregular; restrição ao caráter competitivo da licitação
Construção da Adutora Serra da Barreteira (BA)	Ministério da Integração Nacional	21,4 milhões	Desvio de finalidade; superfaturamento
Projetos para prevenção de enchentes no rio Poty, em Teresina (PI)	Ministério do Meio Ambiente	26,9 milhões	Execução orçamentária irregular; restrição ao caráter competitivo da licitação; ausência, no edital, de critérios para aceite de preços máximos; sobrepreço
Construção da Barragem Berizal (MG)	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs)	64,7 milhões	Irregularidades ambientais graves com risco de dano ao erário



CONGRESSO Votação na Câmara abre caminho para indicação de novo ministro do Tribunal de Contas da União

# Senado deve preencher vaga no TCU

A Câmara rejeitou na semana passada (por 182 votos a 146, com 13 abstenções) o projeto de decreto legislativo do Senado que indicava o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). A votação, depois de três anos de espera, aconteceu logo após o Senado ter aprovado (por 56 votos a 3) o projeto da Câmara que designava o deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA) para o mesmo cargo, uma semana depois de sua indicação pelos deputados.

As votações, além de permitir que a vaga no TCU na cota da Câmara seja preenchida em breve (*veja quadro*), devem viabilizar a escolha de um novo nome na vaga a ser ocupada por indicação do Senado que possa ser aprovado em pouco tempo pelo Senado e pela Câmara.

Desde agosto de 2003, com a aposentadoria do ministro e ex-senador Iram Saraiva, o TCU está funcionando com um ministro substituto.

Alternativas para o cargo têm sido ventiladas pela imprensa e pelos senadores. A deputada eleita e ex-senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) foi citada entre os possíveis indicados pelo PMDB, partido majoritário na Casa sobre o qual recai a responsabilidade de fazer a indicação.

Outro que também aparece na disputa é o senador Amir Lando (PMDB-RO), cujo mandato se encerra em fevereiro. A assessoria de Lando, porém, nega que



Walton Alencar Rodrigues, novo presidente do Tribunal de Contas da União

ele tenha sido convidado ou se colocado na disputa pela indicação do partido. Outros senadores surgiram na lista, como Maguito Vilela (PMDB-GO). Fernando Bezerra (PTB-RN) também aparece entre eles, mas o mais provável é que aceite a presidência da Infraero no próximo governo.

O nome do secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, foi ventilado em 1997 para ocupar a vaga preenchida pelo ex-senador Valmir Campelo. Teria havido um acordo informal para que Carreiro fosse o próximo indicado da Casa. O nome do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, também é permanentemente lembrado como forte candidato para ocupar a vaga.

Essas possíveis candidaturas se encaixam nos perfis geralmente escolhidos pelo Congresso para o TCU. Tradicionalmente, Senado e Câmara indicam senadores e deputados em final de mandato. Os quatro deputados que concorreram, no início deste mês, à vaga aberta com a aposentadoria do ministro e ex-deputado Adylson Motta não foram reeleitos em outubro passado.

Porém, antes da Constituição de 1988, houve casos de funcionários do Congresso serem indicados para o cargo, como Paulo Afonso Martins de Oliveira, que foi secretário-geral da Mesa da Câmara, e Luciano Brandão, que foi diretor-geral da Câmara.

O presidente do Sindilegis, Ezequiel Nascimento, defende a indicação de funcionários do Congresso para o TCU. Ele entende que, como órgão auxiliar do Legislativo, o tribunal estará bem atendido com um servidor da instituição.

O diretor-secretário da Auditor, Clemente Afonso de Souza, no entanto, afirma que, se um funcionário do Legislativo for indicado, ele deve vir do próprio TCU, pois a análise de contas é um trabalho muito técnico.

– Se é um funcionário do Senado, por que não um funcionário do TCU? – questiona, lamentando que o Sindilegis não tenha ouvido os servidores do tribunal antes de apoiar candidatos.



Solenidade no TCU: Renan Calheiros, Guilherme Palmeira, José Alencar, Ellen Gracie e Aldo Rebelo

## Propostas mudam escolha de ministros

As indicações para ministros do TCU, sobretudo as feitas pela Câmara e pelo Senado, baseiam-se em decisões políticas. Desde 1988 as Casas invariavelmente aprovaram ex-deputados ou ex-senadores para os cargos.

Pela Constituição, o indicado para o órgão precisa ter mais de 35 e menos de 65 anos de idade; idoneidade moral e reputação ilibada; notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados.

Pelo menos seis propostas de emenda à Constituição tramitam na Câmara para mudar essas regras, mas a Federação Nacional das Entidades de Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (Fenastc) contabiliza mais de 20 propostas.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) propõe que os membros dos órgãos superiores de decisão da República não sejam indicados politicamente pelos “governos de plantão”. Na sua opinião, os conselheiros do TCU deveriam ser o retrato da independência, inclusive entre os Poderes.

Já Edison Lobão (PFL-MA) acredita que a Câmara e o Senado deveriam ter autonomia

para escolher seus nomes, sem que a outra Casa precise se pronunciar.

Aelton Freitas (PL-MG) afirma que os critérios devem ser políticos, já que o TCU tem esse perfil. A parte técnica, inerente ao trabalho do tribunal, na opinião do senador, está atendida, já que uma vaga é ocupada por um auditor e outra por um procurador do órgão. Ele admite a possibilidade, porém, de que a proporção de ministros considerados técnicos aumente.

O diretor-secretário da Auditor, Clemente Afonso de Souza, defende a realização de concurso público para o cargo de ministro.

Segundo ele, a indicação política na maioria das vezes não leva em conta a competência, mas a amizade.

Heloísa Helena se mostra favorável à proposta, mas Lobão e Aelton são contrários. Para Lobão, a fórmula é análoga àquela adotada para o Judiciário, como no caso do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. “Por que seria diferente com o TCU?”, questiona.

A nomeação por concurso público é proposta por quatro PECs: 222/03, do deputado Renato Casagrande (PSB-ES); 209/03, do deputado Reinaldo Betão (PL-RJ); 531/06, do deputado Lino Rossi (PP-MT); e

123/99, do ex-deputado Dr. Evi-lásio (PSB-SP). Para Casagrande, essa é a fórmula para garantir “isenção e independência ao controle externo”, para coibir a influência do Executivo sobre os tribunais de contas.

– O provimento dos cargos de conselheiro deveria ocorrer mediante a aplicação de critérios predominantemente técnicos, afastando a possibilidade de escolhas subjetivas, que colocam em dúvida a indispensável neutralidade dos julgadores no momento de fiscalizar as contas dos administradores públicos. Infelizmente, a prática é de escolha de personalidades com amplo relacionamento político, que recebem a indicação quase como em agradecimento, não apresentando condições morais e psicológicas para atuar de maneira independente ao julgar as contas e atos de amigos e ex-correligionários – argumenta Reinaldo Betão.

O presidente do Sindilegis, Ezequiel Nascimento, pondera que nomeação por concurso para cargos com características políticas pode não ser a mais adequada. Segundo ele, os servidores dos tribunais de contas promoverão encontro em 2007 para definir uma posição da categoria. Outra PEC em tramitação na Câmara há quase dez anos (556/97) sugere que todos os membros do Tribunal de Contas da União devem ser escolhidos pelo Congresso.

Senadores têm opiniões diferentes sobre critério para nomeação

### Como os nomes são escolhidos

O cargo de ministro do TCU é vitalício e o salário é equivalente ao de ministro do Superior Tribunal de Justiça (R\$ 23 mil)

- 3** indicações do presidente da República, da seguinte maneira:
  - Livre escolha, com aprovação do Senado (Marcos Vilela, em 1988)
  - Escolha a partir de lista tríplice composta por membros do Ministério Público junto ao TCU (Walton Rodrigues, em 1999)
  - Escolha a partir de lista tríplice composta por auditores do TCU (Benjamin Zymler, em 2001)

- 3** indicações de livre escolha da Câmara
  - Ubiratan Aguiar
  - Augusto Nardes
  - Vago com a aposentadoria do ministro Adylson Motta em agosto de 2006\*
- 3** indicações de livre escolha do Senado
  - Valmir Campelo, em 1997
  - Guilherme Palmeira, em 1999
  - Vago com a aposentadoria do ministro Iram Saraiva em agosto de 2003\*\*

\* A Câmara e o Senado aprovaram a indicação do deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA) para a vaga em dezembro. Cedraz agora precisa ser nomeado pelo presidente da República e, depois, pelo presidente do TCU, ministro Walton Alencar Rodrigues.

\*\* O Senado aprovou a indicação do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) para a vaga em 8 de junho de 2004, mas a Câmara rejeitou o nome. Ainda não foi feita nova indicação pelo Senado.

### O que é o TCU

O Tribunal de Contas da União é o órgão que auxilia o Congresso Nacional na sua função constitucional (artigo 71) de realizar o controle externo dos Poderes da União. Pela Constituição e pela Lei Orgânica do TCU (Lei 8.443/92), cabe ao órgão:

- acompanhar leis orçamentárias, editais de licitação, contratos, convênios, acordos firmados pela União;
- apreciar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República;
- julgar as contas dos administradores de recursos públicos da administração direta e indireta, fundações e sociedades mantidas pelo poder público federal;
- apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta (excetuadas as nomeações para cargos de confiança) e das concessões de aposentadorias e pensões;
- realizar, por iniciativa própria ou de comissões da Câmara ou do Senado, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e da administração indireta;
- fiscalizar as contas de empresas estaduais ou municipais de cujo capital a União participe;
- fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União, por meio de convênio ou acordo, a estado

ou município;

- aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade ou irregularidade, as sanções previstas, como multa proporcional ao dano causado ao erário. Quando o responsável for julgado em débito, o tribunal também pode aplicar multa de até 100% do valor atualizado do dano. Sem prejuízo dessas sanções e das penalidades administrativas, quando o TCU considerar a infração cometida grave, o responsável pode ficar inabilitado para o exercício de cargo na administração pública, por um período de cinco a oito anos;
- solicitar, por intermédio do Ministério Público no TCU, à Advocacia Geral da União o arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito;
- sustar a execução de atos impugnados, comunicando a decisão à Câmara e ao Senado.

Observações

1. Os responsáveis pelo controle interno do Executivo, Legislativo e Judiciário, ao tomarem conhecimento de irregularidades ou ilegalidades, devem comunicá-las ao TCU, sob pena de responsabilidade solidária.
2. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o TCU.
3. A fiscalização do TCU é feita pelo Congresso, para quem o órgão encaminha trimestral e anualmente relatório de suas atividades, com a evolução dos custos de controle e sua eficiência.



**PLENÁRIO** Maratona de votações libera pauta e aprova, entre outros, projetos de incentivo ao esporte e ao audiovisual

# Taxa fixa para financiamento de imóvel

O Senado aprovou na última quarta-feira projeto de lei de conversão (PLV 26/06) que trata de temas diversos como taxas nos financiamentos habitacionais, pagamento de dívidas de empresas inscritas no Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante.

Essa diversidade se deve ao fato de que a proposta foi alterada e, além disso, recebeu algumas emendas durante sua tramitação no Congresso, o que acabou por ampliar seu escopo inicial. A matéria retornará à Câmara para novo exame.

O PLV 26/06 se originou da Medida Provisória 321/06, que tratava exclusivamente da forma de financiamento oferecida pelos bancos para a aquisição de casa própria. O objetivo é que as instituições financeiras tenham a opção de oferecer tais empréstimos utilizando taxas de juros prefixadas, o que resultaria em prestações com valores conhecidos de antemão.

Antes, era obrigatório o uso de taxas variáveis – como a Taxa Referencial (TR), que era usada para correção (mais juros de 12%) nos empréstimos liberados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Desde a edição da medida, esse uso passou a ser opcional. No SFH, os bancos que não usarem a TR nos financiamentos habitacionais não poderão cobrar juros acima de 12% ao ano nessas operações.

O ministro da Fazenda, Guido

Mantega, argumentou que a TR não é uma taxa muito elevada – costuma apresentar variação de cerca de 2,5% ao ano –, mas empréstimos que tenham taxas fixas, “sem a incerteza gerada pela correção das prestações e do saldo devedor pela TR”, são mais atraentes aos mutuários nos financiamentos de longo prazo.

A MP também abriu a possibilidade de utilização nos financiamentos imobiliários da “TR travada” ou fixa, que será calculada pelo Banco Central com base na média da taxa nos 90 dias anteriores à sua vigência.

## Alterações incluíram Refis e adicional de frete

Durante a tramitação, a MP foi alterada para tratar de mais um assunto: a possibilidade de que as empresas inscritas no Refis e no Parcelamento Especial (Paes, também conhecido como Refis II) possam pagar antecipadamente suas dívidas.

A matéria, então, recebeu emendas, como a que versa sobre o incentivo regional representado pela isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante. Essa emenda prorroga a validade do incentivo, que deixaria de existir em 2007. Com a mudança, o adicional não incidirá, por um prazo de 20 anos contados a partir de 8 de janeiro de 1997, sobre mercadorias “cuja origem ou destino final seja porto localizado na região Norte ou Nordeste do país”. O relator-revisor do PLV 26/06 no Senado foi Edison Lobão (PFL-MA).

## Inventário e divórcio por via extrajudicial

A realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via extrajudicial foi aprovada pelo Plenário do Senado, como proposto no substitutivo da Câmara ao projeto de César Borges (PFL-BA) que altera o Código Civil e o Código de Processo Civil.

De acordo com o relator Pedro Simon (PMDB-RS), o substitutivo permite a realização por via administrativa de todos os processos de inventário e partilha em que não haja testamento e cujos interessados, civilmente capazes, manifestem consenso e estejam assistidos por advogado.

O texto original da proposi-



César Borges é autor de proposta que altera os códigos Civil e de Processo Civil

ção (PLS 155/04) exigia ainda que houvesse um único bem a partilhar e que inexistisse credor do espólio.

## Militares também poderão acompanhar seus cônjuges

O Plenário também acatou projeto que altera dispositivos do Estatuto dos Militares (Lei 6.880/80) para facilitar que profissionais das três Armas possam acompanhar “cônjuges e companheiros” quando transferidos para exercer atividades públicas em outros pontos do território nacional ou no exterior.

Pela proposição de iniciativa do Executivo (PLC 103/06), o

militar interessado no benefício terá de contar com mais de dez anos de serviço efetivo se quiser obter o afastamento total. O prazo limite para a licença será de 36 meses, de forma contínua ou fracionada.

O projeto, que vai à sanção presidencial, estende aos militares direitos hoje já contemplados no Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União.



Representantes do esporte aplaudem em Plenário a aprovação de proposta que beneficia o setor

## Esporte é fortalecido com incentivo

O Plenário do Senado acatou o projeto da Câmara que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar atividades de caráter desportivo (PLC 118/06).

Os senadores acolheram o projeto do deputado Bismarck Maia (PSDB-CE) e as emendas apresentadas pelos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ideli Salvatti (PT-SC). A proposição agora volta para a Câmara.

A proposta permite um abatimento de até 4% do Imposto de Renda devido das empresas e 6% das pessoas físicas que fizerem doações a projetos desportivos. Mas, segundo a classe artística, a proposta competiria com a Lei Rouanet (Lei 8.313/91), que destina o mesmo percentual de deduções para investimentos feitos em projetos culturais.

Pela emenda de Cristovam, que ajudou a pôr fim ao impasse entre atletas e artistas, as deduções continuam com os mesmos percentuais, mas a fonte de recursos que beneficia a área esportiva deixa de ser a Lei Rouanet e passa a ser a legislação que prevê incentivos fiscais voltados para programas de alimentação do trabalhador e renovação cien-

tífica e tecnológica (leis 6.321/76 e 8.661/93). Com isso, a Lei do Incentivo ao Esporte não irá concorrer com a cultura, permitindo que uma empresa possa investir nos dois setores.

Já a emenda de Ideli estabeleceu a obrigatoriedade de decretos anuais que determinarão o volume total dos recursos arrecadados e o percentual que caberá a cada uma das modalidades esportivas: educacional, e de rendimento (competições). O mesmo já ocorre quanto aos incentivos à cultura. A senadora garantiu que os fomentos a inovações na ciência e tecnologia brasileiras não serão afetados.

Participaram das reuniões para negociação do projeto as atrizes Fernanda Montenegro e Beatriz Segall; o ator Ney Latorraca; o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman; a ex-jogadora de basquete Hortência; o atleta paraolímpico Clodoaldo Francisco da Silva; o presidente do Comitê

Paraolímpico Brasileiro (CPB), Vital Severino Neto; o ex-jogador de vôlei Bernard; o ex-ministro do Esporte, deputado Agnelo Queiroz; e o velocista Robson Caetano, dentre outros.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que o projeto beneficia tanto o esporte quanto a cultura, além de contar com o apoio da Receita Federal. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) destacou a importância da matéria para os esportes olímpicos e paraolímpicos. Paulo Octávio (PFL-DF) frisou que o projeto foi aprovado por consenso no Senado, pois valoriza os esportes no país. Arthur Virgílio (PSDB-AM) observou que a nova lei vai beneficiar o esporte amador.

Os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Magno Malta (PL-ES), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Delcídio Amaral (PT-MS), José Agripino (PFL-RN), Aloizio Mercadante (PT-SP), Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), Romero Jucá (PMDB-RR) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) também comemoraram a decisão.

### Emendas de Cristovam e de Ideli resolveram impasse entre atletas e artistas

## Acatado projeto de estímulo à produção audiovisual

Proposta do Executivo (PLC 114/06) que cria – dentro do Fundo Nacional de Cultura (Lei Rouanet) – o Fundo Setorial Audiovisual para financiar filmes, vídeos e projetos do setor foi aprovado pelo Senado. A matéria vai agora à sanção presidencial.

A proposição permite que empresas de radiodifusão e programadores nacionais de TV por assinatura possam usar parte do Imposto de Renda devido sobre remessas de recursos ao exterior na co-produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente.

Outra medida sugerida na matéria é a ampliação, até 2016, da vigência do Fundo Nacional de Cinema (Funcine), que termina no fim deste ano.

Pela proposta, os projetos de produções, no entanto, deverão ser aprovados pela Agência Nacional de Cinema (Ancine).

## Alteração no Estatuto da Terra passa no Senado

O projeto que promove alteração nos institutos jurídicos do arrendamento rural e da parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, previstos no Estatuto da Terra (Lei 4.505/64), foi acatado pelo Plenário. A proposta (PLC 46/06) agora segue à sanção presidencial.

O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, senador Osmar Dias (PDT-PR), explicou que o projeto esclarece os conceitos de “arrendamento rural” e “parceria”. A diferença, disse, é que no arrendamento o locatário paga um percentual em dinheiro, enquanto na parceria a negociação é feita com uma quantidade da produção.

– Hoje há uma confusão jurídica estabelecida pela falta de um conceito mais bem definido de arrendamento e parceria, o que promove uma confusão tributária. Esse projeto clareia os conceitos – argumentou Osmar Dias.



**PLENÁRIO** Maioria das medidas provisórias acatadas pelo Senado na última semana abre créditos extraordinários



Votação só foi possível graças a compromisso de que a proposta não sofrerá vetos do presidente

## Senado aprova criação da Super-Receita

O substitutivo de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) ao projeto (PLC 20/06) que funde a Secretaria da Receita Federal (SRF), do Ministério da Fazenda, com a Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), do Ministério da Previdência Social, para criar a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a chamada Super-Receita, foi aprovado pelo Senado na quarta-feira. Tourinho relatou a proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Aloizio Mercadante (PT-SP), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Líderes do PFL, do PSDB e do PMDB condicionaram a votação a um compromisso do PT e do governo de que o substitutivo de Tourinho não sofrerá modificações na Câmara nem vetos do presidente da República. A proposta, de autoria do Executivo, tem o mesmo teor da Medida Provisória 258, que já havia criado a Super-Receita em 2005, mas caducou por não ter sido votada no Senado.

Sobre o projeto atual, os senadores avaliaram que a Super-Receita trará grande contribuição ao fisco, aprimorando a eficiência ao racionalizar o desempenho das funções administrativas e melhorando a capacidade de arrecadação do Estado.

A proposta prevê a separação contábil entre as receitas tributárias gerais e as contribuições previdenciárias, e determina que as últimas serão destinadas exclusivamente ao pagamento de benefícios ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), possibilitando que a unificação da arrecadação dos tributos federais se faça sem contrariar a Constituição.

Mas os críticos dizem que pode não ocorrer bem assim. Segundo o



Relator do projeto na CAE, Tourinho é o autor do substitutivo aprovado em Plenário

advogado tributarista Oziris Lopes Filho, a Super-Receita permitirá à União colocar a mão em R\$ 20 bilhões que não pertencem a ela, mas ao fundo previdenciário. Ele explicou que os recursos desse fundo, ao deixar de competir exclusivamente à Previdência, estaria sujeito à aplicação da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Por meio da DRU, poderiam ser desviados da finalidade inicial (no caso, a previdenciária) 20% em recursos para atender despesas do orçamento do país.

## Plenário derruba MP dos Portos Secos

Por unanimidade, o Plenário do Senado derrubou a Medida Provisória 320/06, que propunha novas regras para a abertura de portos secos no país. A matéria, que havia recebido projeto de lei de conversão (PLV 25/06), alterava o regime jurídico de exploração e a classificação dos portos secos, recintos destinados a armazenar mercadorias enquanto o despacho aduaneiro não é concluído.

Um dos dispositivos mais contestados foi o que trata da dispensa de processo licitatório para a criação de novos portos secos. Segundo vários senadores, essa alteração poderia facilitar a entrada de mercadorias ilegais no país, ao transferir, em alguns casos, a responsabilidade de fiscalização de mercadorias para os gestores

de portos secos.

Mesmo concordando com os argumentos do governo federal sobre a relevância da matéria, devido à falta de espaço para movimentação de cargas em alguns dos principais portos do país, como o de Santos (SP), Itajaí (SC) e Vitória, o relator da MP, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), votou pela inadmissibilidade por julgar que não atende ao pressuposto constitucional de urgência.

### Projeto de lei substitui medida

Aproveitando o conteúdo da medida, João Alberto apresentou projeto de lei que deverá ser apreciado pelas comissões de Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE). Os efeitos da MP deverão ser regulamentados em 60 dias (contados a

partir da última quarta) para não atrapalhar as atividades de portos secos em funcionamento.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), concordou com a necessidade de maior discussão sobre o assunto. Aloizio Mercadante (PT-SP) também foi favorável a um exame mais detalhado para fortalecer o processo de fiscalização da Receita.

Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), a rejeição da matéria não deverá acarretar prejuízo para as regiões Norte e Nordeste, uma vez que o dispositivo nela contido, determinando a não-incidência do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante sobre mercadorias cuja origem ou destino final sejam portos dessas duas regiões, será incorporado na Medida Provisória 321/06.

## Empréstimo no fim de mandato no Executivo

O Projeto de Resolução 54/06, do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), que permite a contratação de operações de crédito, já autorizadas pelo Senado, dentro do prazo de 120 dias anteriores ao final do mandato de chefe do Executivo foi acatado pelo Plenário.

A nova medida altera artigos da Resolução do Senado 43/01, que impede que um governante tome empréstimos nos seus últimos quatro meses de mandato, para evitar o desequilíbrio das finanças do ente público e que a conta fique para ser paga pelo seu sucessor.

Luiz Otávio argumenta que, embora essa seja uma regra saudável de responsabilidade fiscal, na prática um processo de operação de crédito é bastante lento.

Outra alteração incluída no projeto é a prorrogação, até 30 de abril de 2007, do prazo para que estados, Distrito Federal e municípios regularizem eventuais débitos e irregularidades existentes em seus órgãos e entidades. O motivo da medida é que a Resolução 43 determina que um órgão ou entidade de um estado não poderá contratar empréstimo se qualquer outro órgão ou entidade do mesmo estado estiver inadimplente com instituição financeira.

A Resolução 67/05 tinha estabelecido o prazo de 31 de maio de 2006 para a medida entrar em vigor. Posteriormente, uma outra resolução, a 21/06, modificou essa data final para 31 de dezembro próximo. O projeto de resolução aprovado estendeu-a para o final de abril de 2007.

## Crédito extraordinário de R\$ 1,5 bilhão para ministérios

Vai à promulgação a Medida Provisória 324/06, aprovada pelo Senado, que abre R\$ 1,5 bilhão de crédito extraordinário a diversos ministérios.

A maior parte dos recursos vem do superávit financeiro de 2005 (R\$ 1,31 bilhão) e outros R\$ 191 milhões de anulação de dotações orçamentárias para programas que não poderão ser executados neste ano. O senador Romero Jucá (PMDB-RR) foi o relator da matéria.

Ao Ministério da Agricultura foram destinados R\$ 42,3 milhões para o seguro rural e para ações emergenciais contra a gripe aviária. O Ministério da Fazenda foi contemplado com R\$ 300 milhões e o da Justiça recebeu R\$ 19,1 milhões para a instalação do Centro de Inteligência Policial Compartilhada de Crime Organizado (Cicor) no município de São Paulo.

Ao Ministério da Previdência Social foram destinados R\$ 160 milhões.

Para o Ministério do Trabalho foram alocados R\$ 120,7 milhões. Já o Ministério dos Transportes recebeu R\$ 231,6 milhões para ampliar a participação da União no capital da Companhia Docas do Rio de Janeiro e da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Corden), para a Ferrovia Norte-Sul, a recuperação e manutenção de trechos rodoviários em diversos estados, entre outras ações.

Ao Ministério da Defesa foram destinados R\$ 124 milhões, e o de Desenvolvimento Social e Combate à Fome recebeu R\$ 353,4 milhões para o programa Bolsa Família. Os R\$ 153,1 milhões restantes serviram para o Ministério das Cidades pagar dívidas de programas de desenvolvimento urbano.

## Verbas federais para apoio a ações internacionais

Duas medidas provisórias aprovadas pelo Plenário tratam do aporte de recursos de R\$ 24,5 milhões para ações internacionais encampadas pelo governo brasileiro. A MP 322/06 abriu crédito extraordinário de R\$ 13,2 milhões ao Ministério das Relações Exteriores, para apoio à iniciativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) de criação da Central Internacional para Compra de Medicamentos (Cicom); e de R\$ 11,3 milhões ao Ministério da Defesa, para resgate de cidadãos brasileiros no Líbano. A MP 323/06, por sua vez, autorizou a União a conceder a contribuição à OMS. Ambas seguem, agora, à promulgação.

## MP libera recursos para socorro a desabrigados

O Senado aprovou medida provisória (MP 325/06) que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 13 milhões em favor do Ministério da Integração Nacional. O objetivo é atender à população do município Laranjal do Jari (AP), atingida por um incêndio. A matéria vai agora à sanção presidencial. O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, justificou a medida pelas graves conseqüências do incêndio. Além da retirada da população da área de risco, explicou, será feita a recuperação de cerca de mil habitações de baixa renda destruídas. De acordo com o ministro, os recursos serão provenientes do superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial da União relativo ao exercício de 2005.



**CONGRESSO** Legislativo sedia instalação de Parlamento regional com presença de representantes de cinco países

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO



No Plenário do Senado, Carlos Chacho Álvarez (E), Sérgio Zambiasi, Lula, Renan e Aldo Rebelo

## Integração conquista novo espaço político

O processo de integração continental, que sempre teve forte conteúdo econômico, conquistou novo espaço político. Com a presença do presidente Lula e de delegações dos cinco países que compõem o bloco, foi realizada na última quinta-feira, no Plenário do Senado, a sessão extraordinária do Congresso Nacional destinada à constituição do Parlamento do Mercosul.

O novo órgão será composto inicialmente por 18 parlamentares de cada integrante do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela – este último, em processo de adesão. Eles não terão ainda o

poder supranacional de elaborar leis que tenham validade em todo o bloco, mas representarão as suas sociedades nos debates sobre os rumos da integração e acompanharão de perto a tramitação, em cada parlamento nacional, dos projetos de lei e dos tratados internacionais que afetem a região.

O presidente Lula anunciou a intenção do governo brasileiro de ajudar no desenvolvimento dos países mais pobres do bloco, enquanto o presidente do Senado, Renan Calheiros, assegurou que o Brasil não tem “pretensões hegemônicas”.

O sucesso obtido no processo de integração europeu foi lem-

brado por alguns dos oradores, como o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM) – que será substituída pelo novo Parlamento –, e pelo representante argentino na CPCM, deputado Alfredo Atanasof.

Entre os presentes na sessão estavam os presidentes das representações uruguaia, deputado Roberto Conde; paraguaia, senador Alfonso González Nuñez; venezuelana, deputado Saúl Ortega; o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo; e o presidente da Comissão de Representantes do Mercosul, Carlos Chacho Álvarez.

### Presidente do órgão quer articular cidadania

O presidente do Parlamento do Mercosul, senador Alfonso González Nuñez, do Paraguai, disse que a instituição deverá ajudar a desenvolver políticas econômicas e comerciais adequadas e negociações diplomáticas efetivas para minimizar as diferenças entre os países e colaborar no processo de integração da região. Ele ficará no cargo até a primeira sessão

ordinária do colegiado, programada para março de 2007, em Montevideu, Uruguai.

Durante a sessão de instalação do Parlamento do Mercosul, Nuñez destacou a importância do diálogo e intercâmbio de idéias entre os países, observando que a política de integração e as relações internacionais não se fazem apenas no âmbito burocrático das chancelarias.

Nuñez também reiterou que o mercado e as políticas mercantilistas não resolverão isoladamente os problemas de marginalização e pobreza da América Latina, observando que o novo órgão foi criado para devolver à política a função que sempre devem ter os processos de integração: uma articulação econômica, política, técnica com a marca da cidadania.

### Para Atanasof, Parlamento repercutirá voz da sociedade

O presidente da representação argentina, Alfredo Atanasof, ressaltou que com a instalação do Parlamento do Mercosul a voz da sociedade terá lugar para reverberar. De acordo com o parlamentar, é preciso convocar a sociedade para que se façam aportes construtivos, elogios e críticas ao processo, o que em sua opinião seria uma forma contundente de dotar o processo de integração de mais transparência.

### Chacho Álvarez diz que desafio é combater pobreza

O presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, o argentino Carlos Chacho Álvarez, afirmou que o desafio do Mercosul é realizar políticas públicas contra a pobreza e a desigualdade e em prol do crescimento sustentável dos países da América do Sul. Ele disse que a nova época criada com as últimas eleições nos países da região mostra a necessidade de um Mercosul mais amplo, com um modelo de desenvolvimento para a região.



Na tribuna do Senado, Alfredo Atanasof prega participação social para construir integração

## Lula aponta necessidade de equilíbrio entre países

O presidente Lula disse que o Brasil deve ter políticas generosas com os países menores e menos desenvolvidos da América Latina, como a Bolívia, para que haja maior integração do Mercosul. A afirmação foi feita na última quinta-feira, durante a sessão de instalação do Parlamento do Mercosul, no Plenário do Senado.

Presidente *pro tempore* do

Mercosul, Lula disse que se países como Brasil e Argentina – os maiores do bloco – não ajudarem países como a Bolívia, por exemplo, essas nações não encontrarão nenhuma razão para participar do Mercosul.

Para o presidente, o Parlamento deverá ser a caixa de ressonância para os problemas econômicos, sociais e políticos do bloco.

### Renan assegura que Brasil não pretende hegemonia

Ao conduzir, na última quinta-feira, a sessão de instalação do Parlamento do Mercosul, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o Brasil não tem pretensões hegemônicas na América Latina, como alguns países chegam a suspeitar. Ele definiu a inauguração desse fórum como um momento histórico e anunciou o grande desafio que essa instituição terá pela frente: legitimar a integração, representar seus povos e trazer a debate os grandes temas regionais.

Renan recomendou que Ar-

gentina, Paraguai, Uruguai e Brasil não esmoreçam na consolidação desse bloco econômico. Para ele, a vontade de integração deve prevalecer acima de qualquer divergência.

Na opinião do presidente do Senado, todo processo de integração é lento e se faz com avanços e retrocessos. Isso porque cada nação tem seus próprios interesses internos, e, naturalmente, há setores da sociedade que se sentem prejudicados pelos produtos concorrentes ou por decisões tomadas por países vizinhos.

### Zambiasi anuncia compromisso com transparência

O Parlamento do Mercosul nasce com o “compromisso da transparência e da austeridade”, disse o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do bloco. Durante a sessão solene do Congresso Nacional de constituição do novo órgão, ele ressaltou os compromissos conjuntos de respeito à pluralidade ideológica e política e de defesa permanente da democracia.

### Para Aldo, consolidação exige generosidade

O presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, afirmou que a generosidade dos países mais ricos com os menos desenvolvidos é fundamental na consolidação do Mercosul. Ele definiu como um momento histórico a sessão de instalação do Parlamento do Mercosul e cumprimentou os chefes de legislativos que fizeram aprovar em seus países os acordos que permitiram a sessão inaugural realizada na última quinta-feira.

### Representante da Venezuela prega união histórica

A instalação do Parlamento do Mercosul é, na visão do presidente da representação da Venezuela na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, deputado Saúl Ortega, uma “oportunidade histórica” para que os países latino-americanos se unam, se fortaleçam e se desenvolvam. Para ele, o Parlamento do Mercosul não deve ser visto apenas como um meio para facilitar as negociações econômicas entre os países que compõem o bloco comercial. Saúl Ortega afirmou que é dever da nova instituição ser a base para a promoção da justiça social entre as populações latino-americanas. Ele enalteceu a firme atuação do presidente Lula na luta pelo fortalecimento do Mercosul.

### Roberto Conde, do Uruguai, pede respeito a acordos

O presidente da representação uruguaia da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, deputado Roberto Conde, disse que o respeito aos acordos a serem firmados, incluindo os comerciais e políticos, será a base para que o mercado comum latino-americano finque raízes para crescer e se transformar em uma comunidade de nações forte e respeitada em todo o mundo. Ele alertou, entretanto, que seria danoso, tanto para o Parlamento do Mercosul quanto para o próprio bloco comercial, um Estado se sobrepor a outro. Para Conde, a democracia plena nos países do bloco é condição essencial para o fortalecimento do Mercosul e do próprio Parlamento.



## COMISSÕES

## Aprovada indicação para embaixada nos EUA

O Brasil e os Estados Unidos poderão desenvolver “parceria estratégica” na área de biocombustíveis, disse na quarta-feira o ministro de primeira classe Antônio Aguiar Patriota, cuja indicação para a embaixada brasileira em Washington recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). No mesmo dia, à tarde, o diplomata – que atualmente é o subsecretário-geral político do Itamaraty – teve seu nome aprovado pelo Plenário com 39 votos favoráveis.

Essa parceria foi sugerida inicialmente ao governo brasileiro pelo subsecretário de Estado norte-americano Nicholas Burns, segundo Patriota. Os EUA, relatou, estão preocupados com sua forte dependência de combustíveis fósseis, provenientes em grande parte do Oriente Médio, e estariam dispostos a ajudar a estabelecer um mercado internacional para combustíveis como o etanol.

O embaixador indicado disse também identificar perspectivas promissoras para a ampliação do comércio bilateral, e ressaltou que compromisso nesse sentido foi assumido em novembro de 2005 pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush. Patriota reiterou o desejo do governo brasileiro de negociar com Washington um acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e o Mercosul.

Entre os pontos positivos no relacionamento bilateral, Patriota destacou a participação brasileira na missão de paz no Haiti – elogiada pelos norte-americanos em encontros de alto nível realizados recentemente – e as iniciativas de Brasília no sentido de retomar a Rodada de Doha, da Organização Mundial de Comércio (OMC). A liderança brasileira no chamado G-20, composto por países em desenvolvimento, estaria sendo identificada por Washington, segundo

o diplomata, como um “fator de construção de consensos”.

No campo das divergências, ele apontou a resistência norte-americana a propostas brasileiras de ampliar o G-8 – composto pelos países mais ricos – e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Também existem diferenças, a seu ver, em relação à tríplice fronteira Brasil/Argentina/Paraguai. O governo norte-americano insiste em afirmar que existem financiadores do terrorismo na região – informação contestada pelos três governos sul-americanos.

**Parceria com norte-americanos em biocombustíveis é estratégica**

Patriota elogiou proposta do embaixador norte-americano Clifford Sobel, de criar um fórum de grandes empresários dos dois países. Lembrou ainda que os EUA – cujas importações alcançam US\$ 1,7 trilhão – contam com um PIB de US\$ 13 trilhões. O Japão, segundo país mais rico do mundo, tem um PIB de US\$ 4,5 trilhões, comparou.

– Vamos nos manter na rota do amadurecimento do relacionamento bilateral e da ampliação de nossas relações comerciais – prometeu Patriota.

No voto favorável à indicação, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observa que a proeminência norte-americana no mundo, especialmente depois da Guerra Fria, é levada em conta pela política externa de todos os países.



Antônio Aguiar Patriota vai chefiar embaixada brasileira nos Estados Unidos

## Fixado valor do auxílio-invalidez de militares

O valor do auxílio-invalidez devido aos militares das Forças Armadas na inatividade remunerada deve ser de sete cotas e meia de soldo – ou R\$ 1.089, o que for maior –, de acordo com parecer do senador Marco Maciel (PFL-PE).

Favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC 113/06), aprovado na quarta-feira pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador esclarece que o auxílio-invalidez é devido ao militar que necessitar de internação especializada ou cuidados permanentes de enfermagem.

– O projeto representa um passo importante na direção da valorização dos militares das Forças Armadas. Trata-se de permitir que esses profissionais possam se desincumbir de suas responsabilidades com tranquilidade, sabendo que estarão protegidos no caso de invalidez – afirma Maciel no relatório.

Foi acolhida ainda pela comissão a indicação presidencial do atual embaixador na Nigéria, Pedro Luiz Rodrigues, para exercer cumulativamente o cargo de embaixador do Brasil junto ao Chade, nação africana contígua.



Antônio Carlos (E), que preside a CCJ, e Tasso Jereissati, que propôs redução gradativa do tributo

## CPMF cada vez menor, mas permanente

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) deverá ser substituída por cobrança permanente, também incidente sobre movimentação ou transmissão de valores e créditos de natureza financeira. No entanto, pela proposta de emenda à Constituição (PEC 57/04) aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), apresentada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a nova cobrança seguirá cronograma decrescente de alíquotas, até atingir 0,08%.

De acordo com emenda do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) aprovada pela CCJ, a partir de 1º de janeiro de 2008 a alíquota passaria dos atuais 0,38% para 0,28%, até chegar a 0,08% a partir de 1º de julho de 2010.

– Longe de ser uma contribuição vinculada a ações pontuais,

específicas ou transitórias, a CPMF é contribuição necessária para o custeio da saúde, da Previdência e das diversas ações do Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza. Não há como, dentro da atual realidade orçamentária, cogitar a imediata extinção da CPMF – defendeu Tourinho.

A tarifa foi criada em 1996 como contribuição provisória, pelo prazo máximo de dois anos e alíquota de 0,25%, para financiar ações e serviços de saúde. Em 2003, por meio da Emenda Constitucional 42, a CPMF foi estendida até 31 de dezembro de 2007, com alíquota de 0,38%.

### Nas mãos do Tesouro e da Receita

A proposta de um imposto sobre movimentação financeira, à época apelidado de “imposto do cheque”, partiu do ex-ministro da Saúde, o médico Adid Jatene, que vislumbrava obter, mesmo que provisoriamente, recursos para a área da saúde.

Mas, depois de criada, a CPMF acabou por ser confiscada, já que os recursos foram para o Tesouro e os investimen-

tos que se previam na saúde quase não saíram do papel.

A contribuição passou a ser bandeira da Receita para controle das movimentações dos contribuintes, uma das razões pela qual se defende sua perpetuação. A cobrança recai sobre qualquer operação que represente circulação escritural ou física da moeda, como lançamentos a débito e a crédito.

## Contrapartida à universidade gratuita

Os profissionais liberais formados em instituições públicas gratuitas devem aceitar nomeações judiciais para elaborar perícias quando o ônus da prova couber a beneficiários da assistência judiciária. A gratuidade da prestação do serviço está prevista no PLS 337/99, de Alvaro Dias (PSDB-PR), e foi mantida pela CCJ, que concordou com parecer de Arthur

Virgílio (PSDB-AM) pela rejeição de emenda da Câmara estendendo a gratuidade a formados em instituições privadas.

Conforme outro projeto aprovado (PLC 66/06), a quantidade de processos trabalhistas que podem chegar à instância máxima do Tribunal Superior do Trabalho (TST) deverá ser reduzida. Em caso de divergência entre as turmas

do tribunal, ficaria eliminada a admissão de embargo ao pleno, deixando o julgamento apenas à Seção de Dissídios Individuais.

Os suplentes nas comissões, segundo projeto de resolução aprovado (PRS 7/05) que modifica o Regimento Interno do Senado, poderão votar se o autor da proposição for titular da respectiva comissão.

## Juizes impedidos de recusar promoção

Os magistrados podem ser impedidos de recusar promoção por antiguidade depois de figurarem pela segunda vez em lista de acesso de seu respectivo tribunal. É o que determina proposta de emenda à Constituição (PEC 37/04) aprovada na CCJ que objetiva impedir que o Judiciário continue enfrentando dificuldades para promover juizes que se recusam a deixar a comarca ou vara federal de que são titulares para ocupar vaga em outra comarca ou estado.

O autor, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse que a atitude provoca transtornos na cadeia de substituição, lem-

brando que não é recomendável a permanência do juiz por muito tempo em um mesmo lugar. A Constituição permite que o magistrado mais antigo recuse a mudança se a recusa for acatada pelo voto de dois terços dos membros do tribunal.

O relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), aponta que a garantia de inamovibilidade dos juizes não pode se tornar um privilégio. Vários senadores defenderam a necessidade de atualizar a lei, para promover a recomposição do Judiciário. Para o senador Gerson Camata (PMDB-ES), a mudança protegeria especialmente a população “dos rincões”. Já o senador

Amir Lando (PMDB-RO) elogiou a proposta de ACM, que, a seu ver, “tem olho clínico de quem verifica o bem comum”.

Projeto de resolução (PRS 41/04) que institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho, a ser concedido anualmente, também foi aprovado pela CCJ, que acolheu parecer do senador Hélio Costa (PMDB-MG).

As indicações dos candidatos serão encaminhadas por entidades e organizações da sociedade civil à Mesa do Senado, acompanhadas de justificativa, até o dia 31 de outubro de cada ano. A matéria foi encaminhada à Mesa para análise.



**COMISSÕES** Fundo poderá ser usado na compra de lote, amortização de parcelas do Fies e abertura de microempresa

# Novas possibilidades de uso para o FGTS

Os recursos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderão ser usados no pagamento parcial de um lote popular adquirido para uso residencial, segundo texto substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara 18/02 que recebeu, na semana passada, parecer favorável da Comissão de Educação (CE). Os lotes deverão estar em parcelamentos urbanos aprovados pelo poder público local.

Elaborado pelo relator desse e de outros 13 projetos sobre o mesmo tema, o substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) incluiu ainda outras possibilidades de uso de recursos do FGTS. Entre elas, o pagamento de prestações do Sistema Financeiro da Habitação, a amortização de parcelas do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), limitada a 70% do valor da parcela, e a constituição de microempresa por titular de conta vinculada que esteja desempregado.

A CE aprovou ainda, em decisão terminativa, três propostas. A primeira é o projeto de lei (PLS

224/00) da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) que estabelece a oferta gratuita, ou a preço de custo, de livros didáticos impressos em braile.

A segunda é o projeto de lei (PLS 297/99) do então senador Luiz Estevão que institui – como estipula emenda do relator, senador Leonel Pavan (PSDB-SC) – bolsa de estudos destinada ao aperfeiçoamento profissional dos integrantes das carreiras de policial federal, civil ou militar e dos integrantes dos corpos de bombeiros e das Forças Armadas.

A outra proposta acatada é o Projeto de Lei 286/06, de Paulo Paim (PT-RS), que institui o Dia Nacional de Reflexão sobre o Projeto Cantando as Diferenças, a ser celebrado em 10 de agosto, quando se lembra a morte do sociólogo Florestan Fernandes. O



Substitutivo de Eduardo Azeredo prevê pagamento de prestações da casa própria

relator da proposição foi Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Receberam parecer favorável da CE na semana passada o PLS 216/06, de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que assegura aos estagiários o direito ao vale-transporte; o Projeto de Lei da Câmara 109/05, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena em estabelecimentos de ensino fundamental e médio; e seis projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio.

## Serviço social ajudará a pagar bolsa de estudos

Também na Comissão de Educação, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou seu parecer favorável ao projeto que objetiva permitir a amortização do pagamento das bolsas do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) mediante prestação de serviço social.

A matéria (PLS 05/04), de autoria de Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), não foi votada

na semana passada por falta de quórum. A CE só volta a se reunir no ano que vem.

A relatora elogiou a iniciativa que, segundo ela, trata-se de um verdadeiro “fiador social” para os estudantes. O projeto determina que 30% das receitas do fundo sejam destinados a estudantes mais carentes que optem por essa modalidade de pagamento.

A prestação de serviço social só poderá quitar 50% do to-

tal do empréstimo e, segundo emenda apresentada por Lúcia Vânia, deverá ser praticada pelos estudantes beneficiados após a conclusão do curso superior financiado pelo Fies.

A medida ajudaria ainda, de acordo com a relatora, a preencher vagas em universidades particulares que continuam ociosas, apesar dos programas do governo que objetivam garantir o acesso ao ensino superior.

## Aposentadoria especial para servidores públicos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo a três projetos de lei complementar que tramitam em conjunto prevendo a concessão de aposentadoria especial, aos 25 anos de contribuição, a servidores públicos em três condições específicas: os com deficiência, os que trabalham em atividades de risco ou os que exercem funções sob condições especiais que prejudicam sua saúde ou integridade física.

A matéria segue agora para o Plenário. Os três projetos já foram aprovados, também em conjunto, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ),

como relatório do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Na CAS, receberam parecer com substitutivo do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), nomeado relator *ad hoc*.

De acordo com o PLS 68/03, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a aposentadoria especial será devida aos servidores públicos que exerçam atividades prejudiciais à saúde ou integridade física, tais como exposição aos agentes nocivos químicos ou biológicos, de maneira permanente ou habitual, excluindo atividades ocasionais ou intermitentes.

O segundo projeto (PLS 250/05), do senador Paulo Paim (PT-RS), também concede aposentadoria aos 25 anos de trabalho aos servidores públicos portadores de deficiência. A deficiência definida no texto abrange limitação físico-motora, mental, visual, auditiva ou múltipla, que torne o servidor hipossuficiente (sem condições econômicas) para sua inserção social regular.

O terceiro projeto (PLS 8/06), do senador Marco Maciel (PFL-PE), concede aposentadoria depois de 25 anos de trabalho aos servidores públicos portadores da deficiência física conhecida como síndrome da talidomida.

O relator acatou, em seu parecer, emenda de Paim ao PLS 68/03, para incluir, entre os servidores que podem requerer aposentadoria especial com 25 anos de trabalho, aqueles que

exercem atividades com risco de vida, como policiais, peritos e agentes penitenciários.

A CAS também discutiu projeto de Paim (PLS 248/06) que regulamenta a cobrança

da contribuição assistencial (que não pode ultrapassar 1% da remuneração) devida pelos trabalhadores às suas entidades sindicais. “O ponto nevrálgico é se a contribuição é devida mesmo para empregados não-sindicalizados” explicou Paim.

Como, no momento da votação, não havia quórum para a deliberação, o presidente do colegiado, senador Antônio Carlos Valadares, decidiu transferir a votação, em decisão terminativa, para esta quarta-feira.



Valadares contempla ainda quem sofre prejuízos à saúde ou à integridade física

## Artistas e esportistas celebram acordo na Comissão de Educação

A paz entre os artistas e os representantes do meio esportivo, que esteve ameaçada por uma disputa por incentivos fiscais, foi celebrada na última terça-feira em uma reunião da Comissão de Educação (CE).

A atriz Fernanda Montenegro e a ex-jogadora de basquete Hortência sentaram-se ao lado do presidente da CE, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), para confirmar um enten-

dimento. O acordo foi obtido com o acréscimo de emendas de Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ideli Salvatti (PT-SC). O texto resultante foi aprovado no dia seguinte na comissão e, algumas horas depois, em Plenário (veja na página 6).

– Este foi um dia proveitoso e esperamos que ambas as partes saiam daqui satisfeitas – disse Fernanda Montenegro. Por sua vez, Hortência frisou ser

pessoalmente um bom exemplo de inclusão social pelo esporte, pois seu talento no basquete foi revelado por meio de um programa social.

Wellington Salgado afirmou ter ficado satisfeito por conduzir uma reunião destinada a selar acordo tão importante para o esporte e a cultura. Flávio Arns (PT-PR) solicitou informações do governo sobre o montante de renúncia fiscal esperado e sobre

como vem sendo feita a divisão dos recursos de incentivos fiscais pelas diversas regiões do país.

O acordo foi ainda comemorado pelos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Eduardo Suplicy (PT-SP), José Agripino (PFL-RN), Ney Suassuna (PMDB-PB), Almeida Lima (PMDB-SE), Romeu Tuma (PFL-SP) e Leonel Pavan (PSDB-SC). Participaram da reunião os deputados Agnelo Queiroz

(PCdoB-DF), ex-ministro do Esporte, e Ivan Ranzolin (PFL-SC), presidente da Frente Parlamentar pelos Esportes.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, também elogiou o acordo, que considerou “muito criativo”, porque elimina o conflito e possibilita um atendimento simultâneo à cultura, que precisava continuar sendo estimulada, e ao esporte, que também precisa de incentivos.



Renan (C) recebe Ney Latorraca (E), Lars Graell, Hortência, Bernard, Beatriz Segall, Fernanda Montenegro, Jucá e Agnelo. À direita, Wellington preside reunião da CE



JANE ARAÚJO



## COMISSÕES

## Dinheiro ilícito recuperado pode amparar a infância

O dinheiro obtido ilicitamente por agentes públicos e recuperado pelo Estado deve reforçar o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. Projeto com essa finalidade foi aprovado, na terça-feira, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De autoria da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), a proposta (PLS 393/05) será, agora, examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será votada em decisão terminativa.

O fundo, que financia ações destinadas a proteger a infância e adolescência, ficará com esses recursos recuperados em qualquer um dos Poderes da União. Estarão obrigados a cumprir a determinação também os órgãos da administração indireta ou fundacional.

Pela proposta, é considerado ato ilícito ação ou omissão dolosa ou culposa que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres da administração direta, indireta ou fundacional dos Poderes da União.

De acordo com o proposta, agente público é aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, emprego, vínculo ou

função por eleição, nomeação, designação ou contratação na administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União.

Os recursos recuperados pelo poder público que estiverem originalmente vinculados a determinada área, por exigência constitucional, deverão permanecer com a destinação original, de acordo com o projeto.

### Aplicar no futuro os desvios do passado

Na justificativa do projeto, a senadora diz que os recursos que constituem a receita do Fundo para a Criança e o Adolescente decorrem de fontes governamentais e de doações de pessoas físicas e jurídicas. Patrícia Saboya observa que são muitos os desafios, neste país, para fazer valer os direitos das crianças e dos adolescentes, apesar dos avanços que estão sendo obtidos para erradicar o trabalho infantil. Daí, a insuficiência dos recursos para cobrir todas as ações necessárias.

Para a autora, seu projeto é o modo mais adequado e decente de se aplicar, no futuro do Brasil, o dinheiro ilegitimamente desviado no passado por agentes públicos.

## Registrar uma firma deve ficar mais fácil e rápido

Abrir uma empresa ou firma individual pode ficar mais fácil. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, na terça-feira, em decisão terminativa, projeto de lei que estabelece normas gerais para a simplificação do procedimento de registro de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

O projeto (PLS 415/05), do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), recebeu parecer favorável do relator, senador José Agripino (PFL-RN), e já foi examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O objetivo do projeto é unificar os cadastros de empresários e de pessoas jurídicas, simplificar os procedimentos de inscrição e cancelamento de registro e permitir aos órgãos de fiscalização fazendária de todas as esferas do Poder o acesso às informações cadastrais e econômico-fiscais dos contribuintes.

Conforme o proposta, a Secretaria da Receita Federal será responsável pelas normas necessárias ao funcionamento do cadastro, até mesmo a habilitação, como agentes operacionais, da Secretaria da Receita Previdenciária e das secretarias de Fazenda ou Finanças dos demais estados. Deverão ser extintas as cobranças de taxas relativas a quaisquer atos praticados pelo contribuinte



José Agripino deu parecer favorável à proposta que simplifica registros comerciais

perante os agentes operacionais do cadastro.

A proposição instituiu o alvará de funcionamento provisório, a ser expedido logo após a inscrição, o que permitirá o início das operações do estabelecimento, ressalvados os casos em que o risco da atividade seja considerado alto. Observando que todos conhecem as dificuldades para abertura e fechamento de empresas, Antonio Carlos afirmou que a intenção é combater a burocracia.

O senador citou estudos do Banco Mundial, segundo os quais o empresário brasileiro gasta, em média, 152 dias para cumprir 17 procedimentos necessários para iniciar sua empresa. Esse tempo, para Antonio Carlos, é maior do que a média de 70 dias verificada nos países da América Latina e bem distante da Nova Zelândia, que precisa de apenas dois dias.



Proteção ao crédito: CAE aprovou projeto que cria uma lista de consumidores adimplentes

## Cadastro reconhece os bons pagadores

O bom pagador pode ter seu crédito reconhecido. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na terça-feira, em decisão terminativa, projeto de lei do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que cria um cadastro positivo nos sistemas de proteção ao crédito. Hoje, só existem cadastros negativos, ou seja, listas de pessoas inadimplentes.

O projeto (PLS 263/04) tem por meta conceder ao consumidor que paga em dia suas contas – incluindo crediários, financiamentos e empréstimos bancários – o direito de ter no SPC um cadastro positivo, destinado a facilitar as compras.

Relator da proposta, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que o projeto corrige antiga distorção que não reconhece o bom pagador. A matéria, que acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90),

seguirá para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja solicitação para que seja apreciada pelo Plenário.

### Estímulo ao lazer do trabalhador

Na mesma reunião, a CAE acolheu proposição que estimula o lazer do trabalhador. De autoria do senador Leonel Pavan



Para Tourinho, consumidor adimplente deve ter mais facilidade para comprar

(PSDB-SC), o PLS 488/03 institui incentivo fiscal com esse objetivo, na forma de dedução para fins do Imposto de Renda Pessoa Jurídica das despesas efetuadas pelas empresas em programas de hospedagem para lazer do trabalhador.

O texto de Pavan também cria o vale-hospedagem, a ser fornecido pelo empregador ao trabalhador para utilização em despesas de hospedagem e alimentação, quando incluída no valor da hospedagem. O benefício, de acordo com o projeto, só será concedido em períodos de baixa estação. Com isso, acredita Pavan, a rede hoteleira, que o senador considera a espinha dorsal da indústria de turismo, seria beneficiada em períodos de maior capacidade ociosa.

A proposta vai agora para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será votada em decisão terminativa.

## Combate ao câncer em 50 hospitais terá recursos externos

A importação de equipamentos para tratamento de câncer e diagnósticos por imagem e endoscopia para 50 unidades hospitalares no país foi viabilizada com decisão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na terça-feira, o colegiado deu parecer favorável à mensagem da Presidência da República que autoriza contratação de operação de crédito externo de até US\$ 3,074 milhões, junto ao DF Deutsche Forfait S.R.O., para aquisição desses equipamentos hospitalares. A matéria foi aprovada com pedido para tramitação de urgência.

Os recursos para aquisição dos equipamentos serão fornecidos pela empresa MDS Nordion Inc., no âmbito do Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento da Rede Hospitalar. O relator da matéria, senador Osmar Dias (PDT-PR), informou que esses recursos para reequipamento da rede hospitalar deverão reduzir as despesas com internação em R\$ 28,4 milhões.

Durante a reunião da CAE, causou polêmica a discussão de projeto de lei complementar (PLS 235/06) do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Com parecer favorável da relatora, Patrícia Saboya (PSB-CE), a proposta define o repasse, pela União, aos estados e ao Distrito Federal do montante equivalente às perdas anuais de arrecadação decorrentes da desoneração das exportações de produtos primários e semi-elaborados, estabelecida pela Lei Kandir.

O presidente da comissão, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), concedeu vista coletiva por uma semana para o projeto, que será examinado novamente na reunião desta terça-feira.

## Empresa de energia pagará menos Cofins e PIS/Pasep

O projeto que submete os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo da contribuição para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) foi aprovado, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na reunião de terça-feira.

De autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e com parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), o PLS 237/05 tem por finalidade, segundo o autor da matéria, incluir os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia no rol de setores econômicos que já foram excetuados das novas regras que tratam do fim da cumulatividade da contribuição do PIS/Pasep, na Lei 10.637/02.

O projeto também acrescenta as receitas desses serviços à lista de exceções ao regime não-cumulativo da Cofins. Tourinho explicou que a Lei 10.637/02 instituiu o regime de tributação não-cumulativo do PIS/Pasep e elevou sua alíquota de 0,65% para 1,65%. No mesmo sentido, observou, a Lei 10.833/03, que tornou a Cofins não-cumulativa, também contemplou elevação da alíquota, que passou de 3% para 7,6%.

O setor energético, afirmou Tourinho, foi "extremamente prejudicado pelas novas regras". As mudanças nas alíquotas do PIS/Pasep, informou, representaram, para esse setor, um incremento de aproximadamente 50% do peso dessas contribuições. São essas distorções que o projeto visa corrigir.



## COMISSÕES



Estudiosos apontaram a necessidade de o Brasil se especializar em nichos tecnológicos

## A hora de investir em nanotecnologia

Especialistas em nanotecnologia sugeriram, em audiência pública realizada na quarta-feira, que o Brasil aproveite a oportunidade e invista pesadamente em novos nichos tecnológicos para promover o desenvolvimento científico e econômico. No encontro promovido pela Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, vinculada à Comissão de Educação, os cientistas advertiram que é hora de investir. A nanotecnologia é a ciência multidisciplinar que estuda aplicações tecnológicas em escala atômica e molecular: um nanômetro equivale a um bilionésimo de metro. As aplicações práticas desse conhecimento têm potencial revolucionário (*veja quadro*).

Para o diretor do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron do Centro de Pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia, José Antônio Brum, a melhor estratégia

para ganhar espaço no mercado mundial é escolher setores bem determinados.

– O Brasil precisa fazer escolhas de nichos tecnológicos. A aplicação em tecnologia tem que ser bem escolhida – disse. Para ele, a qualidade dos recursos humanos formados no Brasil precisa melhorar muito, já que o país não formaria doutores com a qualidade necessária.

– A matéria-prima das universidades é muito ruim. Os estudantes chegam lá sem a qualificação necessária. É preciso melhorar os ensinos médio e fundamental – assinalou.

O coordenador de Nanomagnetismo do Instituto Milênio de Nanotecnologia, José D'Albuquerque Castro, lembrou que a Humanidade só agora

controla tecnologia nessa escala. A nanotecnologia, continuou, é fonte de inovação tecnológica e gera produtos e processos de relevância para a sociedade, tanto

para a alta tecnologia como em setores mais tradicionais.

– É área nova e pode significar novos nichos para países em desenvolvimento – declarou.

Ele informou que os Estados Unidos

proíbem a venda para o Brasil de tecnologias como a do nanotubo de carbono, usada para produzir matérias de resistência e leveza incomuns. A única solução é desenvolver tecnologia própria. Castro recomendou investir em mão-de-obra qualificada, formando mais engenheiros. O especialista afirmou ainda que as empresas brasileiras investem pouco em tecnologia e preferem adquirir conhecimento no exterior, o que nem sempre é possível.

O vice-coordenador do setor de Micro e Nanotecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, Márcio Augusto dos Anjos, comunicou que o governo destinou, em 2006, R\$ 14 milhões para laboratórios e redes de pesquisa em nanotecnologia. Hoje há dez redes de pesquisa em nanotecnologia, com grupos de pesquisadores em todas as regiões e nas principais universidades brasileiras, observou.

### Americanos proíbem venda de nanotubos de carbono para o Brasil

### Tecnologia vai mudar o mundo

Ainda não são conhecidos os limites da aplicação da nanotecnologia, mas alguns produtos já badalam as publicações científicas e laboratórios como os farmacêuticos, eletrônicos, biotecnológicos, de informática e de medicina. Já foram lançados produtos como pó antibactéria, raquetes e bolas de tênis, filtros solares e tecidos que não amassam e não mancham.

Especialistas garantem que

os investimentos ainda são mais direcionados à pesquisa do que às reais aplicações. Um dos produtos brasileiros mais conhecidos é a língua eletrônica, desenvolvida pela Embrapa, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), em São Carlos. O equipamento avalia, melhor que seres humanos, o sabor de bebidas, entre elas vinho, café e leite, e também analisa a qualidade da água mineral.

## Cientistas não querem competir com esporte

Durante a audiência pública sobre nanotecnologia, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) questionou os especialistas sobre a possibilidade de os esportes passarem a competir por incentivos fiscais com a área de ciência e tecnologia e não mais com a cultura, conforme a proposta da Lei do Esporte aprovada posteriormente pelo Plenário.

A iniciativa (PLC 118/06) cria incentivos fiscais para esse setor nos moldes da Lei Rouanet em relação à área cultural, o que obrigaria as empresas a decidir entre um setor e outro, ou seja, entre esporte e cultura ou esporte e ciência e tecnologia (*leia mais*

na página 6). O coordenador do projeto NanoAventura, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Marcelo Knobel, se disse assustado com essa proposta. Para Knobel, a competição será injusta, pois o esporte tem visibilidade na mídia e a curto prazo atinge muito mais pessoas que a atividade científica.

O diretor do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), do Centro de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia, José Antônio Brum, destacou que ciência e tecnologia “não são publicidade”. Cultura e esporte, nesse sentido, representariam mais retorno para as empresas

investidoras.

Já o senador Augusto Botelho (PT-RR) disse lamentar que o Brasil ainda gere poucas patentes. O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que a ignorância é o grande mal do brasileiro. Ao pedir uma “mobilização nacional contra a ignorância”, ele elogiou a Unicamp por divulgar a nanotecnologia junto a crianças e adolescentes, com o projeto NanoAventura. O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) contou ter apresentado projeto de lei para incentivar empresas a investir em tecnologia, dando a elas prioridade nos recursos do BNDES.

## CAS discute solução para fundos de aeroviários

As liquidações judiciais dos fundos de pensão de empresas aéreas foram discutidas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quinta-feira. Os participantes da audiência pública responsabilizaram as autoridades pela crise dos fundos. Idosos estão sem receber seus benefícios, alertaram.

São 15 mil associados dos dois planos de aposentadoria do fundo de pensão da empresa Aerus. Os aposentados e pensionistas de um dos planos estão recebendo apenas 50% do valor dos benefícios, mas o pagamento pode ser encerrado até o fim do ano. O Ministério da Previdência Social interveio na Aerus e decretou sua liquidação. O senador Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a reunião, anunciou que a CAS vai buscar

junto ao governo soluções para o impasse. Ele também enviou ofício à ministra Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal, onde a União conseguiu suspender decisão que a obrigava a assumir a suplementação dos benefícios.

Participaram da audiência pública a presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas e Aeroviários, Graziella Baggio; o presidente da Infraero, José Carlos Pereira; o gestor judicial da Varig, Miguel Dau; o presidente da Associação dos Participantes e Beneficiários da Aerus (Aprus), Manoel Neves; o funcionário da Varig Élnio Malheiros; a presidente da Associação dos Aeronautas e Aeroviários do Brasil, Maria Leite; e os advogados Luís Antônio Maia e Cristina Dornelles.

## Representante do Ecad rebate críticas de artistas

Apesar de críticas de artistas, a superintendente-executiva do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição no Rio de Janeiro (Ecad), Glória Cristina Rocha Braga, defendeu a centralização do pagamento e da cobrança dos direitos autorais.

O assunto foi debatido na segunda-feira pelo Conselho de Comunicação Social, em audiência pública sobre a Lei do Direito Autoral (9.610/98).

Glória Braga disse ainda que o Ecad não tem como controlar as emissoras que não pagam os direitos, pois foi criado para distribuir os valores recebidos. Os inadimplentes chegariam a quase 60% do total de direitos a serem recolhidos. Ela explicou

que o órgão administra indiretamente os direitos autorais, já que coordena outras onze associações de artistas. O pagamento é feito mensalmente, em valores médios aferidos com base na potência das emissoras e no sucesso das músicas. A superintendente afirmou que não existe falha.

– Recebe direitos autorais quem tem música tocada na rádio e na TV e faz show.

João Carlos Éboli, da Comissão Permanente de Direito da Propriedade Intelectual do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), argumentou que é impossível aferir com precisão, em todo o país, a quantidade de vezes que as músicas são executadas.



Glória Braga defende o Ecad; João Carlos, do IAB, reconhece que não há como aferir com precisão a execução de músicas

## Direitos Humanos: caso de doméstica chega ao Senado

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) objetivando a realização de audiência pública para discutir casos de prisões e condenações como o da empregada doméstica Angélica Aparecida de Souza Teodoro. Presa em novembro de 2005, Angélica, que é negra, passou quatro meses na cadeia e depois foi condenada a quatro anos de prisão em regime semi-aberto pela 23ª Vara Criminal de São Paulo. Tudo pelo furto de um pote de manteiga, que custava

R\$ 3,20. Ela pretendia alimentar o filho. Como resultado, ainda perdeu o pátrio poder.

A Associação Nacional dos Defensores Públicos da União afirmou, em nota pública, que o Direito Penal, há muito tempo, é usado como forma de opressão social dos menos afortunados economicamente.

Paulo Paim informou, durante a reunião, que recebeu denúncias de casos semelhantes ao de Angélica, em que a pessoa, com fome, rouba uma galinha para comer e é presa e condenada a anos de prisão.



## COMISSÕES

CÉLIO AZEVEDO



Segundo os diretores do Incor, a crise financeira começou com construção de novo prédio e ampliação do número de servidores

## Incor pede socorro para manter atividades

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), os diretores do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo (Incor) pediram socorro para salvar a instituição da crise financeira que enfrenta junto com a Fundação Zerbini, que administra o Incor.

Segundo o presidente do Conselho Diretor do Incor, Jorge Elias Kalil Filho, a instituição era superavitária até 1997, quando tinha R\$ 50 milhões em caixa. A crise começou, segundo ele, com a construção do segundo prédio do Incor e a contratação de mais 1.500 funcionários para atender à demanda crescente, por meio de empréstimo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

– Foi um erro a construção do prédio e a contratação de funcionários sem planejamento e negociação com o governo. Nossa dívida se desequilibrou e, hoje, precisamos de ajuda para continuar ajudando a população – assinalou Jorge Kalil.

Ele afirmou ainda que quando assumiu o posto em agosto

passado adotou uma política de “transparência das contas e de controle absoluto dos processos”. Kalil informou que o objetivo é fazer com que a Fundação Zerbini concentre suas atividades no Incor.

O diretor-executivo do Incor, David Everson Uip, destacou que os trabalhos desenvolvidos pelo instituto “vão muito além do atendimento à população”, incluindo a produção científica.

Já o representante da presidência da Comissão Científica e de Ética do Incor, Protásio Lemos Luz, lembrou que o instituto é, atualmente, uma das cinco instituições de pesquisa que mais produz no mundo.

– Nós estamos falando de uma estrutura de pesquisa e ensino de primeira qualidade. O que reivindicamos é a manutenção desse sistema altamente produtivo, reconhecido nacionalmente e internacionalmente – enfatizou Protásio Luz.

Também participou da audiência o diretor-presidente da Fundação Zerbini, Ademar Silveira Sabino.

## Senadores querem solução rápida para dívida

Depois da exposição dos diretores do Incor, os senadores empenharam-se em encontrar uma saída para saldar a dívida do Incor com o BNDES e o governo.

Para Romeu Tuma (PFL-SP), o governo tem que arcar com essa dívida.

– Temos que tirar esse peso das costas do Incor. Acho que o governo tem que reassumir essa dívida para que o Incor possa continuar seu papel de atendimento de excelência e destaque na área da pesquisa – sugeriu Tuma.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) fez um apelo para que a sociedade e o governo “pensem mais na saúde do Brasil” e não deixem que uma instituição como o Incor perca a imagem de excelência nos serviços que presta.

– Não vamos deixar que um instituto como esse passe pelo vexame de todos os meses ter problemas para pagar suas contas – disse Crivella.

Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a preocupação com a crise do Incor não é local, mas sim nacional. Por isso, o senador apelou para que o governo federal não contingencie os recursos

destinados ao instituto.

– Que o governo faça efetivamente a liberação dos recursos do Orçamento aprovado, para que não haja contingenciamento em áreas importantes como a saúde, em detrimento de outras, como a propaganda do governo, onde não há contingenciamento – afirmou Flexa Ribeiro.

Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu uma solução “o mais rápido possível” para a crise do Incor. Eduardo Suplicy (PT-SP), que sugeriu a realização da audiência, afirmou que o trabalho prestado pelo Incor é “fundamental e estratégico”.

Para Tião Viana (PT-AC), o Sistema Único de Saúde (SUS) “é injusto com o Incor”, pois paga pouco pelos pacientes ali atendidos. O senador afirmou ainda que o “Incor não tem culpa pelas dívidas assumidas por decisões políticas erradas”.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacaram o atendimento de excelência prestado pelo Incor, afirmando que é obrigação do governo cuidar para que o instituto continue a prestar atendimento de excelência.

# CCJ debate solução para precatórios

A dificuldade de encontrar solução para o problema crônico dos precatórios judiciais ficou clara na audiência pública realizada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para debater a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que institui um regime especial de pagamento de precatórios.

O valor total de precatórios não resgatados, a preços de junho de 2004, é de R\$ 61 bilhões; 73% desse total se referem a débitos dos estados. A situação é grave, tendo em vista que até 85% da receita líquida corrente dos estados estão comprometidos com gastos com saúde, educação e pessoal, restando apenas 15% para outros pagamentos, entre eles investimentos e precatórios.

### Proposto novo regime para garantir pagamento

A proposta permite que União, estados, Distrito Federal e municípios optem por um regime especial de pagamento de precatórios que destinaria, no mínimo, 3% da despesa primária líquida do ano anterior da União, Distrito Federal e estados. Para municípios, esse percentual seria de 1,5% para esse fim. Desses recursos, 70% devem ser destinados para leilões de pagamento à vista de precatórios, privilegiando os que oferecerem maiores descontos. O restante seria usado para pagamento dos precatórios por ordem crescente de valor, ou seja, os de menor valor seriam pagos primeiro.

Um dos objetivos da PEC é acabar com o mercado negro de precatórios, fazendo com que a Fazenda Pública possa se valer do deságio sobre os papéis, atualmente descredenciados e, em alguns casos, vendidos pelos credores por apenas 20% do valor definido pela Justiça.

Pela PEC, a adesão de estados e municípios ao regime especial não seria obrigatória. Uma vez adotado o modelo, os recursos equivalentes seriam depositados em conta criada para esse fim. A partir de então, o dinheiro só poderia ser utilizado para o pagamento dos precatórios em abril e setembro de cada ano.

O vice-presidente do Supremo

Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, classificou a situação como caótica, dependente de reforma constitucional. No entender do ministro, não é lógico e nem justo que o cidadão não receba os recursos reclamados, mesmo que a sentença já tenha transitado em julgado.

Já o representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Newton Lima Neto, defendeu a aprovação da proposta por considerá-la o equilíbrio entre credores e devedores. César Ribeiro Ferreira, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), criticou a proposta por não detalhar o que vem a ser “despesa primária líquida dos entes federados”, o que poderia levar a contestações judiciais.

Paulo de Tarso, representante da União Nacional dos Credores de Precatórios, colocou em dúvida vários artigos da PEC, entre eles o que cria os leilões, enquanto o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Rodrigo Tolentino Collaço, admitiu que a PEC representa mais um passo para que o problema dos precatórios venha a ser solucionado.

Para o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a proposta “é criativa” e vai beneficiar, de imediato, aqueles que ganharam na Justiça ações de menor porte, como as de natureza trabalhista, alimentar, benefícios previdenciários, pensões e indenizações.

Ele informou que a maioria dos estados, obedecendo à atual legislação, demoraria mais de 20 anos para pagar os débitos. Outras unidades, observou, nem sequer teriam condições de saldar as dívidas, que, de acordo com o presidente da Comissão de Defesa dos Credores Públicos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Edgar Luiz Albuquerque, ultrapassam R\$ 120 bilhões. Albuquerque, entre outros, entende que a proposta é inconstitucional por ferir os direitos de quem já tem precatórios a receber.

O senador César Borges (PFL-BA), relator da proposta, disse estar aberto a sugestões que aprimorem a PEC, mas reconheceu que a dificuldade é equacionar o direito daqueles que têm crédito a receber e a capacidade de pagamento de estados e prefeituras que não têm dinheiro em caixa.



César Ferreira: Confaz alerta para conceito de receita líquida



Proposta é equilibrada, afirma Newton Lima Neto



Rodrigo Tolentino entende que discussão é primeiro passo



Tema depende de mudança na Constituição, diz Gilmar Mendes



Para Edgar Luiz Albuquerque, proposta é inconstitucional

## O que são precatórios

Precatório é o documento expedido por tribunal que comunica ao prefeito, governador ou presidente o reconhecimento judicial de uma dívida da Fazenda Pública com um cidadão ou entidade. Pela lei, o valor do débito deve ser incluído no orçamento do ano seguinte. Ou seja, se uma pessoa obtém, por meio de sentença judicial, o reconhecimento de que a Fazenda Pública lhe deve algo, essa é a forma legal para que a dívida seja quitada.

Precatórios de natureza alimentícia são aqueles que se destinam ao sustento do credor e sua família. Dizem respeito aos salários, pelos quais o trabalhador mantém a alimentação, vestuário,

transporte, moradia, educação, lazer, entre outros.

Uma das medidas previstas para obrigar os estados a não ficarem inadimplentes, a intervenção estadual, jamais foi determinada pela autoridade competente, o Supremo Tribunal Federal, em casos que envolvam precatórios.

Em poucas ocasiões, o Judiciário deferiu pedidos de seqüestro de bens públicos para o pagamento de precatórios, o que, se por um lado cumpre o direito, por outro, desarruma ainda mais as contas dos estados e municípios. Em outros casos, prefeituras tiveram que suspender a merenda escolar e atrasar folhas de pagamento.

FOTOS: J. FREITAS



**INVESTIGAÇÕES** Comissão propõe indiciamento de dez pessoas pelo MP e medidas para barrar repetição de ilícitos

# CPI dos Sanguessugas aprova relatório final

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas aprovou por unanimidade, na última quinta-feira, o relatório final dos trabalhos do colegiado, com um documento composto por dois volumes e sugestão de indiciamento de dez pessoas.

O primeiro volume, com 494 páginas, mostra o resultado das investigações sobre o envolvimento do Poder Executivo com o esquema de fraudes criado para utilizar irregularmente recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias com preços superfaturados.

Já o segundo volume, com 487 páginas, relata as investigações complementares e traz sugestões de controle para impedir a má utilização de recursos públicos. Conforme o relator da CPI mista, senador Amir Lando (PMDB-RO), são propostas necessárias para "barrar a repetição de ilícitos".

– Caso contrário, não ultrapassaríamos a mera hipocrisia, sem a receita de remédios eficientes, às vezes amargos, para combater o desperdício de recursos.

Esse relatório é resultado da segunda fase de trabalhos da CPI. Na primeira, investigou-se o envolvimento de parlamentares no esquema de fraudes. O relatório parcial, aprovado em agosto, apresentou uma relação com o nome de 72 parlamentares – entre deputados e senadores –, que, por sugestão dos membros da CPI, passaram a ser investigados pelos respectivos conselhos de Ética das duas Casas.

Para o presidente da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), a comissão "não terminou em pizza".

Lando sugere ao Ministério Público o indiciamento de Abel Pereira, José Airton Cirilo, Rai-



Entre Biscaia (E) e Arnaldo Faria de Sá, Lando apresenta relatório com sugestões para impedir a má utilização de recursos públicos

undo Lacerda Filho e José Caubi Diniz por crimes que vão desde o tráfico de influência até a fraudes de licitações, passando por atos de improbidade administrativa e corrupção ativa.

Conforme o empresário Luiz Antônio Vedoin – dono da empresa Planam –, o empresário Abel Pereira seria o responsável por intermediar a liberação de verbas para a compra de ambulâncias no Ministério da Saúde durante a gestão de Barjas Negri (PSDB). José Airton, ex-presidente do PT no Ceará, teria recebido R\$ 400 mil pela liberação de R\$ 8 milhões pelo então ministro Humberto Costa, para a compra de cem ambulâncias da Planam. José Caubi e Raimundo Lacerda seriam intermediários de Airton para contatos junto aos governos petistas no Piauí e em Mato Grosso do Sul, sempre segundo Vedoin.

O relator resolveu não citar qualquer ex-ministro da Saúde, por entender que não ficou

comprovado o conhecimento, a autorização ou participação deles nas fraudes. O relator também relacionou 58 municípios acusados de favorecer o esquema de fraudes, mas observou que esse número pode ser maior.

## Ministério é acusado de envolvimento

A CPI concluiu que houve envolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia no esquema. Nessa pasta, em vez de ambulâncias, as emendas visariam a compra de ônibus superfaturados para aulas de informática. De acordo com o relatório, uma série de vícios foi detectada na implantação do projeto de Inclusão Digital, como a falta de critérios para a indicação da conveniência de aquisição de ônibus, em vez da criação de centros fixos de informática.

O relatório traz uma lista com o nome de várias pessoas envolvidas nesse projeto, com a sugestão para que sejam investigadas pela Justiça.

Por falta de provas, relatório não inclui nomes de ex-ministros



Gabeira, Suplicy, Vanessa Grazziotin, Paulo Rubem e Heloísa Helena analisam conclusões do relator

## Dados revelam tentativa de comprar dossiê

O relatório final da CPI dos Sanguessugas, em seu segundo volume, propõe que o Ministério Público promova o indiciamento, por formação de quadrilha, de Gedimar Passos, Valdebran Padilha, Hamilton Lacerda, Jorge Lorenzetti, Osvaldo Bargas e Expedito Veloso, todos envolvidos com a tentativa de compra do dossiê que supostamente incrimina políticos do PSDB com a máfia das ambulâncias.

O aprofundamento das investigações e o esclarecimento, mesmo parcial, de fatos relacionados

ao dossiê, disse o senador Amir Lando, relator da CPI, foram possíveis pelo cruzamento de dados fornecidos pela Polícia Federal com os levantados pela equipe técnica da comissão. Entre essas informações, depoimentos, análises de chamadas telefônicas e imagens de câmeras de vídeo, por exemplo, possibilitaram esclarecer os acontecimentos.

Amir Lando propõe que haja continuidade das investigações quanto à origem do dinheiro que foi encontrado com Gedimar e Valdebran – cerca de R\$ 1,7 mi-

lhão – quando foram presos, em setembro, no Hotel Íbis, em São Paulo. Lando recomenda, ainda, que seja investigada a possibilidade de ter havido infração eleitoral no episódio do dossiê.

O segundo volume do relatório apresenta ainda uma coletânea de providências sugeridas ao longo do mesmo, que o senador denominou "sumário executivo". Essa parte, disse Lando, deve servir como referência rápida dos resultados das investigações e de tudo o que foi proposto pela CPI dos Sanguessugas.

## Esquema envolvia grupo Planam e mais 25 empresas

O esquema de compra de ambulâncias por valores superfaturados com recursos do Orçamento da União não estava restrito apenas às 21 empresas do grupo Planam, mas envolvia outras 25, de acordo com o relatório final de Amir Lando.

O senador salienta que o rol apresentado no documento não é exaustivo, apenas pretende dar uma noção de como a corrupção pode surgir a partir de lacunas no orçamento público. – Causa verdadeiro pânico imaginar quantos outros grupos empresariais semelhantes podem existir em outros setores da administração pública, e que ainda seguem impunes.

Ele sugere o financiamento público de campanhas eleitorais e o término das transferências de recursos públicos para organizações não-governamentais (ONGs), entre outras medidas

previstas em proposições já em tramitação no Congresso, como mecanismos de controle para evitar a má utilização dos recursos públicos.

De acordo com Lando, devem ser inseridas nas discussões parlamentares dessas propostas as sugestões de como melhorar o controle da administração pública oferecidas pela CPI.

No relatório, Lando também sugere que sejam ouvidos vários funcionários do Ministério da Saúde visando esclarecer dúvidas sobre o esquema de fraudes.

O documento ainda recomenda a instauração de auditoria, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de todos os convênios firmados em 2002 para a aquisição de ambulâncias para municípios, cuja licitação tenha sido vencida pelo grupo Planam.

## Biscaia considera trabalho como vitorioso

O trabalho realizado pela CPI dos Sanguessugas foi vitorioso, apesar de não ter sido completo e final. A afirmação foi feita pelo presidente do colegiado, deputado Antonio Carlos Biscaia, logo após a reunião que aprovou o relatório final da comissão. Ele salientou que, se a comissão tivesse mais tempo, poderia investigar a relação do esquema também com as prefeituras.

Biscaia lembrou que as investigações da CPI dos Sanguessugas foram prejudicadas pelo receso parlamentar do mês de julho e pelo período eleitoral.

– Se estivéssemos em 2005, eu defenderia que a CPI se estendesse por mais um ano. Poderia chegar à ponta de diversos tentáculos no Poder Executivo nos municípios. Não há condição de ultrapassar a legislatura e, dentro dessas condições, o trabalho foi vitorioso – afirmou.

Já o vice-presidente da comissão, deputado Raul Jungmann

(PPS-PE), disse ter ficado insatisfeito. Jungmann reclamou da falta de informações a respeito do possível envolvimento de ministros com a máfia das ambulâncias, uma vez que o esquema funcionava nos ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia.

Na sua opinião, a CPI deveria ser prorrogada por mais um mês para ter acesso ao relatório da Polícia Federal sobre o episódio do dossiê. Reconheceu, no entanto, que a CPI representou um avanço.

Jungmann também criticou a atuação do delegado da Polícia Federal Diógenes Curado, responsável pelas investigações sobre a tentativa de compra do dossiê contra políticos do PSDB. Segundo o vice-presidente, o delegado obstruiu os trabalhos da CPI e foi ineficiente, especialmente em relação à iniciativa da negociação do dossiê e sobre a origem do dinheiro que o compraria.

## Comissão sobre ONGs deve ficar para 2007

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), informou que foi fechado um acordo para que a comissão parlamentar de inquérito das organizações não-governamentais (ONGs) seja instalada somente em 2007.

A CPI vai investigar a transferência de recursos do Orçamento da União para ONGs e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) durante o governo do presidente Lula. O autor do requerimento de criação, Heráclito Fortes (PFL-PI), afirmou ter aceitado proposta de Jucá para retirada do pedido, sob a condição de que o colegiado

comece a trabalhar no início da próxima legislatura. Jucá registrou que os líderes Arthur Virgílio (PSDB-AM), Ideli Salvatti (PT-SC) e Ney Suassuna (PMDB-PB) entenderam que não haveria tempo hábil para que os trabalhos fossem realizados até o final deste ano.

José Agripino (PFL-RN) considerou a proposta de Jucá "razoável e factível". Já Heráclito ressaltou que a oposição não deseja criar confronto, mas investigar as denúncias e propor uma nova legislação para o setor. Por sua vez, Suassuna declarou que o líder do PMDB no Senado que o suceder honrará o acordo firmado.



**DEFICIENTES** Depois de três anos no Senado, o projeto ainda deverá receber sugestões de deputados e da sociedade

# Estatuto segue para análise da Câmara

**S**e não for apresentado recurso no Plenário até esta quarta-feira, a Câmara recebe ainda esta semana o projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tramita há três anos no Senado. Além de consolidar leis e decretos, o PLS 6/03 apresenta uma série de novidades que visam, segundo o autor, senador Paulo Paim (PT-RS), garantir direitos e estabelecer parâmetros à ação do Estado e à formulação de políticas públicas relacionados à inclusão social.

O estatuto, dividido em dois livros – parte geral e especial – trata de um grande leque de questões com as quais se deparam regularmente pessoas com deficiência. Direitos fundamentais, acessibilidade, políticas de atendimento, medidas de proteção, acesso à Justiça e crimes e infrações administrativas compõem parte do rol dos pontos abordados.

Para Paulo Paim o estatuto tem força muito maior que uma lei isolada, o que irá fortalecer a cobrança do cumprimento dos direitos conquistados pelo grupo.

– Hoje, por exemplo, para a pessoa com deficiência ter direito ao seguro social de um salário mínimo, ela tem de provar que a renda *per capita* da família não passa um quarto (25%) do salário

mínimo. Já no estatuto é diferente. Provando que é carente, ela passa a receber – afirma Paim, comparando alguns benefícios aos conquistados no Estatuto do Idoso.

– No caso dos idosos, usamos o mesmo instrumento e mais de um milhão de pessoas passaram a receber o salário mínimo. Existem no Brasil 27,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Com o estatuto, cerca de 2 milhões de brasileiros passarão a receber de imediato esse benefício – avalia o senador.

Houve um aumento de 74,2% no número de benefícios de prestação continuada pagos aos idosos, quando comparados os anos de 2003 e 2006, passando de 664,8 mil para 1,1 milhão. No mesmo período, o número de pessoas com deficiência atendidas cresceu 22,7%, chegando a 1,2 milhão este ano, mas a previsão é de que esse número aumente com a aprovação do estatuto.

Paraplégico, o deputado federal Leonardo Mattos (PV-MG) considera que o estatuto, ao corrigir diversas disparidades, é uma garantia de melhoria da qualidade de vida. Ele aponta o caso de famílias com filhos deficientes que só podem receber benefício para apenas um deles.

– Por falta de orientação e por problemas genéticos, muitos pais acabam tendo mais de um filho deficiente, mas a lei não garante amparo para todos. Isso será mudado – comenta Mattos.

O deputado disse que já pediu ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo, para que dê prioridade à matéria, para aprová-la o quanto antes.

## Comissões trabalham com intérpretes de Libras

Várias medidas estão sendo adotadas no Senado para melhor atender às pessoas com deficiência. Na semana passada foi realizada a primeira tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), quando da transmissão da instalação do Parlamento do Mercosul (veja mais na pág. 8).

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) já possuem intérpretes de Libras durante suas reuniões.

Desde novembro, intérpretes de Libras também estão trabalhando em três portarias do Senado para atender a pessoas com deficiência auditiva, complementando a ação que já era feita com pessoas com dificuldades de locomoção e deficientes visuais.



Segundo Paim, estatuto é instrumento legal que consolida definitivamente a inclusão da pessoa com deficiência

## Mais força que lei isolada

Originalmente apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto de lei (PLS 6/03) foi aprovado na forma de substitutivo do relator Flávio Arns (PT-PR) pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Paim, quando deputado, já havia apresentado o mesmo projeto, que ainda tramita na Câmara e que agora deverá ser apensado ao aprovado pelos senadores.

**Jornal do Senado – O estatuto é uma consolidação das leis e também reúne uma série de novidades. De forma geral, como ele poderá proporcionar mudanças na vida das pessoas com deficiência?**

**Paulo Paim** – Eu devo dizer que o estatuto, de fato, reúne o que há de mais moderno em legislação no Brasil e no mundo. Porque além de nós estarmos debatendo desde o ano 2000, na Câmara e depois no Senado, nós nos inspiramos na convenção internacional aprovada em janeiro deste ano em Nova York. O estatuto tem uma força muito maior que uma lei isolada. Vide o exemplo do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Porque ele acaba tendo muito mais força, inclusive jurídica. É um instrumento legal que acumula artigos e grandes princípios que consolidam de forma definitiva a inclusão e a cidadania da pessoa com deficiência.

**A discriminação ainda é um dos grandes problemas**

**enfrentados pelas pessoas com deficiência. O estatuto poderá mudar essa realidade?**

Com certeza. Porque as pessoas ainda não conhecem seus direitos, apesar do grande número de leis existentes. A partir do momento em que você reúne num único instrumento, com 287 artigos, como se fosse 287 leis em uma só, mais facilmente as pessoas irão dominar o assunto e, conseqüentemente, vão exigir que se cumpra aquilo que está na lei.

**O estatuto congrega direitos que são constitucionais, como o do acesso a moradia digna. Contudo, muitos desses direitos não são aplicados a milhares de cidadãos. Como fazer, então, cumprir o estatuto?**

Se cumprissem tudo aquilo que está na Constituição-cidadã de Ulysses Guimarães, e eu fui constituinte, seria ideal. A Constituição, que é a Carta Magna, a Lei Maior, é um instrumento que trabalha na linha de grandes princípios, claro que muito deles normas auto-aplicáveis, mas outras precisam ser regulamentadas. O estatuto, não. Ele é lei, é definitivo e é auto-aplicável, logo após a sanção do presidente da República, numa tolerância máxima de três meses. É muito mais fácil fazer com que a lei seja cumprida do que aquilo que dependerá de uma regulamentação. O estatuto define forma e critérios, por exemplo, da acessibilidade, da moradia, da saúde e do trabalho.



Acessibilidade é uma das preocupações do projeto de lei que também trata de direitos constitucionais

## Coordenadoria estuda segurança jurídica

A congregação de leis, decretos e regulamentações já existentes no Estatuto da Pessoa com Deficiência gera alguma insegurança jurídica quanto à manutenção dos direitos já adquiridos. A questão é posta pela coordenadora-geral Izabel Maior, da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde).

Izabel acha louvável que os decretos sejam transformados em lei – já que aqueles podem ser revogados por qualquer presidente a qualquer hora.

– Mas o que já é lei não deveria ser mudado pelo estatuto sem que houvesse a certeza de que os direitos conquistados irão continuar valendo – aponta.

Para a coordenadora, o estatuto final, que resultará da unificação do substitutivo aprovado no Sena-

do e do que tramita na Câmara, precisa ressaltar que não estão sendo revogadas legislações anteriores.

– Caso contrário, você derruba muita coisa boa que já existe, além de prazos que já estão sendo contados, e precisaremos esperar até mesmo por novas regulamentações – analisa.

Por isso, segundo Izabel, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) instituiu uma comissão para estudar o estatuto. Também está sendo feita uma análise jurídica sobre a melhor forma de trabalhar a unificação de legislações.

– O estatuto é importante, mas ainda precisa haver mais discussões para que seja aperfeiçoado, como por exemplo mudanças no conceito e na classificação de pessoas com deficiência. O nosso or-

denamento jurídico também precisa seguir a linha da Convenção das Pessoas com Deficiência, aprovada semana passada pela Organização das Nações Unidas (ONU) – completa a coordenadora.

Relator da matéria no Senado, Flávio Arns (PT-PR) garante que houve toda uma preocupação jurídica na formulação do estatuto.

– Tivemos todo o cuidado para que nenhum direito conquistado fosse perdido. No caso dos decretos, é uma garantia transformá-los em lei para que não sejam revogados a qualquer hora – afirma o senador.

Também houve preocupação com os prazos já definidos em decretos, leis e regulamentações, segundo o senador. “Não estamos revogando legislação, mas garantindo o que há de melhor”, assegura Flávio Arns.

## Algumas das novas propostas do Estatuto da Pessoa com Deficiência



- Parceria do Sistema Único de Saúde (SUS) com entidades sem fins lucrativos para complementar serviços de saúde à pessoa com deficiência

- Prioridade na aquisição de moradia

- Inclusão de alunos com deficiência em programas e benefícios educacionais concedidos por órgãos públicos aos demais estudantes, em todas as esferas administrativas

- Alteração no critério de renda per capita para a concessão do benefício assistencial

- Acessibilidade para o exercício eleitoral

- Possibilidade de o Ministério Público promover ações individuais e não apenas coletivas

- Prioridade na tramitação de processos judiciais e administrativos

- Aumento do percentual de empregados com deficiência



## PLENÁRIO

# Despedida de Heloísa emociona senadores

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) recebeu apoio, simpatia e solidariedade de grande número de senadores ao se despedir, na quarta-feira, de seu mandato. Ela concorreu à eleição para presidente da República, não se candidatando ao Senado. Heloísa voltará para Alagoas e às salas de aula da universidade federal. Muito emocionada, chorou nas quase três horas, ouvindo os apartes elogiosos de seus colegas, que lamentaram sua saída e enalteceram sua coragem e determinação.

Heloísa Helena só conseguiu se pronunciar ao final. E criticou “os mercenários bárbaros, contra quem lutei durante quase toda minha vida política, enfrentando o ódio e até ameaças de morte”.

– Eu, às vezes, não acreditava

que iria ter forças para enfrentar, mas o amor pela Humanidade me motivou – declarou.

A senadora ainda agradeceu aos colegas e aos servidores do Senado pela colaboração e pela convivência. Jefferson Péres (PDT-AM) falou de pé, “para participar de uma despedida que nunca me comoveu tanto”. Arthur Virgílio (PSDB-AM) declarou sua admiração pela senadora e disse que “ela foi capaz de se imolar por suas convicções”. Pedro Simon (PMDB-RS) exaltou o caráter e a honestidade de Heloísa, para ele o “grande nome do Senado”.



Heloísa Helena deixa o Senado e voltará a lecionar na Universidade Federal de Alagoas

Eduardo Suplicy (PT-SP) expressou respeito e afeto pela colega. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a admiração por Heloísa Helena é unânime. Inúmeros outros senadores se manifestaram, e a aplaudiram no fim.

## Leonel Pavan ressalta sua dedicação ao setor do turismo

Ao se despedir do Senado, na última terça-feira, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) agradeceu aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) por terem aprovado – em reunião pela manhã – projeto de sua autoria que instituiu o vale-hospedagem. Ele agradeceu ainda ao relator da matéria, senador José Agripino (PFL-RN). Em janeiro, Pavan tomará posse como vice-governador de Santa Catarina.

– Todos nós, nesta Casa, temos um tema, um assunto pelo qual nos interessamos em especial. Nós defendemos a pesca, a agricultura, a educação, a solução dos problemas sociais, mas, em nenhum momento, deixamos de lado a nossa bandeira que foi o turismo. E saio desta Casa convicto de que contribuimos muito com esse setor – afirmou. O vale-hospedagem é um mecanismo voltado para estimular o turismo dos trabalhadores de menor poder aquisitivo nos períodos de baixa estação. O projeto estabelece o incentivo fiscal, na forma de dedução como custo operacional, para fins do Imposto de Renda, das despesas efetuadas com hospedagem para o lazer do trabalhador.

Em aparte, nove colegas saudaram o senador Pavan.

## Teotônio Vilela Filho lembra o pai ao dizer adeus ao Senado

Em seu discurso de despedida do Senado Federal, que deixa para assumir o cargo de governador de Alagoas, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) recordou, na última quinta-feira, seu primeiro discurso, feito por ocasião da homenagem da Assembléia Nacional Constituinte a seu pai, Teotônio Vilela, o Menestrel das Alagoas. Lembrou que, à época, se propôs a “resgatar a dívida do país com o povo”, numa referência aos anos do regime militar.

Para Teotônio, embora o país tenha vencido desafios institucionais e econômicos como a hiperinflação, não conseguiu vencer desafios sociais.

– O Brasil não consegue desconcentrar a renda e atingir o desenvolvimento; a iniquidade social não apenas persiste, como se amplia – lamentou.

O senador salientou que embora tenham-se passado menos de 20 anos, o Brasil sofreu transformações “de um século”, como a eleição à Presidência da República de um antigo sindicalista, visitado por seu pai na prisão, Luiz Inácio Lula da Silva.

Teotônio foi apertado pelos senadores Efraim Morais (PFL-PB), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Pedro Simon (PMDB-RS), César Borges (PFL-BA), Delcídio Amaral (PT-MS) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

## Bornhausen recorda seus “grandes momentos”

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) fez, na terça-feira passada, o seu discurso de despedida do Senado Federal. Bornhausen, que desempenha seu segundo mandato como senador, foi eleito para os períodos 1983-1991 e 1999-2007, não tendo disputado cargo eletivo nas últimas eleições.

No seu longo pronunciamento, Bornhausen lembrou o que classificou como os “grandes momentos” da história do Senado que vivenciou, incluindo sua participação no Colégio Eleitoral que em 1984 elegeu Tancredo Neves e José Sarney respectivamente como presidente e vice-presidente da República.

– Foi um momento plural pela redemocratização do país – afirmou.

Uma das maiores lutas que mencionou ter travado no Senado foi pelo parlamentarismo, tendo sido relator, em 1984, de

proposta de emenda à Constituição que instituiria esse regime de governo no Brasil. Em 1991, recordou, defendeu a realização do plebiscito pela implantação do parlamentarismo, mas a proposta não obteve sucesso na votação popular.

O senador também falou sobre sua luta em defesa da reforma tributária e a apresentação do projeto do Código de Defesa do Contribuinte, que tramita na Casa. Lembrou que foi o autor da lei que quebrou o monopólio estatal na produção de radioisótopos, “que propiciou aos brasileiros facilidade de acesso ao mais avançado exame preventivo para a localização de tumores cancerígenos”.

Após a despedida de Bornhausen no Plenário, o presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou a participação do parlamentar na história brasileira contemporânea.

## Fernando Bezerra anuncia que não deixará a vida pública

“Volto à iniciativa privada, mas digo ao povo do Rio Grande do Norte que não deixarei a vida pública”, declarou Fernando Bezerra (PTB-RN) da tribuna do Plenário, ao realizar seu pronunciamento de despedida do mandato que termina no dia 31 de janeiro de 2007. Durante quase uma hora e meia ele recordou vários momentos de sua vida política nos últimos 12 anos e foi homenageado por 17 senadores que o apartearam. O senador lembrou que as circunstâncias da vida o levaram a ingressar na política, em 1990, quando Garibaldi Alves Filho (PMDB) o convidou para ser seu suplente na candidatura ao Senado. Em 1994, Garibaldi foi eleito governador do Rio Grande do Norte e Fernando Bezerra assumiu sua cadeira na Casa. Quatro anos depois candidatou-se à reeleição e foi o senador mais votado da história do seu estado, até aquela data.

– Eu, que nunca tinha disputado um voto sequer, fiquei emocionado e grato ao povo do Rio Grande do Norte. Logo após chegar ao Senado, me vi líder do governo Fernando Henrique e, depois, assumi o Ministério da Integração Nacional, onde me dediquei de corpo e alma ao projeto da transposição das águas do Rio São Francisco – afirmou Fernando Bezerra.

## Renan: no Senado, reajuste não trará aumento de gastos

Logo após reunião conjunta de deputados e senadores para discutir a fixação do teto parlamentar para a próxima legislatura, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que os líderes partidários e os membros da Mesa Diretora da Câmara e do Senado decidiram equiparar o teto do Legislativo ao teto do Judiciário. Renan ressaltou que a medida será efetuada sem aumento de gastos para o Senado, em virtude de outras medidas de contenção de despesas.

Atualmente, o teto do Judiciário é de R\$ 24,6 mil, enquanto a remuneração de deputados e senadores, de R\$ 12,8 mil.

O presidente do Senado registrou os cortes de despesas no último biênio no Senado. Em 2005, foram cortados R\$ 24 milhões em gastos de custeio. Este ano, esses cortes devem

alcançar R\$ 50 milhões. Renan também lembrou que o Congresso extinguiu, no começo deste ano, o pagamento de indenização por convocação extraordinária, o que correspondeu, somente no Senado, a uma economia de R\$ 41 milhões por convocação.

– O que se busca é uma fórmula definitiva, que leve em conta o corte de gastos e defina parâmetros claros para a fixação dos vencimentos dos parlamentares – disse.

Já para a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) – a única líder a se posicionar contra o reajuste –, a decisão foi “injustificável” e não tem condições de ser defendida perante a opinião pública. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), criticou a hipocrisia dos que condenam o aumento, mas recebem o salário.

## CRISE AÉREA

### Controle de tráfego terá R\$ 600 milhões

De acordo com Ney Suassuna (PMDB-PB) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o governo destinará cerca de R\$ 600 milhões para custeio e aquisição de equipamentos de controle de tráfego aéreo em 2007.

Os dois senadores fazem parte da comissão especial do Senado criada com o objetivo de examinar causas do chamado “apagão aéreo” – que vem prejudicando as viagens no Brasil. Na última quinta-feira, os dois parlamentares, juntamente com o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), reu-

niram-se com o comandante da Aeronáutica, Luiz Carlos Bueno; com o presidente da Agência Nacional de Aviação (Anac), Milton Zuanazzi; e com representantes das companhias aéreas BRA, Web Jet, Gol e Ocean Air.

Segundo Antonio Carlos, foram discutidas formas de melhorar o atendimento nos aeroportos. O parlamentar ainda afirmou, em Plenário, que o comandante da Aeronáutica disse estar assegurada a normalidade do tráfego aéreo durante o Natal e o Ano-Novo.



Arthur Virgílio (E) e ACM na reunião que discutiu melhorias no atendimento nos aeroportos

## Relatório do TCU sobre “apagão aéreo”

Momentos após o plenário do Tribunal de Contas da União aprovar o relatório da auditoria feita pelo órgão no setor aéreo, na terça-feira passada, o relator, ministro Augusto Nardes, entregou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, cópia do do-

cumento.

Segundo o ministro, o relatório concluiu que é necessário maior investimento por parte do governo federal no setor aéreo. Nardes disse ainda que recursos de R\$ 522 milhões contingenciados entre os anos 2004 e 2006 poderiam

ter sido aplicados no controle de vôos. O relatório também propõe melhor planejamento na contratação de pessoal, uma vez que os profissionais são contratados por meio de concurso público e precisam passar por treinamento adequado.



## Voz do Leitor

## CONCURSOS

“Gostaria que o Congresso Nacional aprovasse projeto de lei no qual fosse vedada a contratação de servidores para os legislativos sem concurso público. Acredito que, assim, o Legislativo municipal deixaria de ser refém do Executivo neste país, e que a Câmara Municipal deixaria de ser mais um cabide de emprego para parentes de vereadores e prefeitos.”

Jorge Santos de Souza, de Banzaê (BA)

## SENADORES

“Parabenizo o senador Cristovam Buarque pela luta a favor da educação brasileira e a senadora Heloísa Helena pela fidelidade e honestidade ao povo brasileiro.”

Edvan Cardoso Machado, de Viseu (PA)

## PATRIMONIALISMO

“Tudo que é público é tratado como propriedade do administrador público. Essa realidade é conhecida como cultura patrimonialista, uma cultura política que permanece em setores da elite dirigente do país. Os efeitos nefastos desta postura se fazem sentir fortemente na gestão pública, sendo incompatível com a modernidade e a cidadania. Somente com forte participação popular esses desmandos poderão ser reduzidos.”

Antonio Cleiton Brillhante Souza, de Pentecoste (CE)

## FOLCLORE

“Peço que os senhores senadores divulguem mais a cultura folclórica do Brasil.”

Alan John Aguiar Cunha, de Tianguá (CE)

## PROTESTO

“O reajuste dos parlamen-

tares em 90,7% prova que é preciso uma reforma urgente: o Judiciário necessita ter um controle externo, a Câmara, uma redução de no mínimo 50% no número de deputados, bem como uma redução no número de assessores permitido para cada um, e no máximo dois senadores por estado. Chega de cabide de emprego e desperdício de verba pública! Não existe corte de despesas que justifique o aumento. É por estas e outras que a política no Brasil fica desacreditada e o povo sem esperança.”

Francisco Camillo, de Porto Alegre (RS)

## AVIÕES

“Seria prudente que, para evitar acidentes como o ocorrido com um avião da Gol, nas vendas dos aviões da Embraer para empresas estrangeiras que aqui aportam, pilotos brasileiros acompanhassem a entrega das aeronaves até Manaus, seu destino no território brasileiro. Ou seja, dar assessoria completa. Se isto já estivesse implantado, talvez o acidente com a Gol tivesse sido evitado. Esperamos que essa tragédia não se repita!”

Luiz Carlos Quiroga, de Santos (SP)

## HORÁRIO DE VERÃO

“Gostaria de pedir a sensibilidade dos congressistas e do governo em relação ao horário de verão, que significa mudança de mil quilômetros em nosso dia-a-dia sem sair do lugar. Peço que mudem essa fórmula para economizar energia, pois ela é muito prejudicial ao organismo e afeta a saúde e a vida do trabalhador. Vivemos em uma democracia, logo, o povo brasileiro deveria aprovar este mecanismo adotado pelo governo para economizar energia elétrica.”

Huilson José dos Santos, de Erval Seco (RS)

## Pergunte ao Senador

## PROMESSAS DE CAMPANHA

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

“Como e o que podemos realmente cobrar dos parlamentares e políticos eleitos? O senhor não acha que essa idéia de cobrança é um pouco abstrata e cheia de fantasias nas campanhas eleitorais?”

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) responde:

O meio mais fácil de cobrar um parlamentar é no dia da eleição. Os que não cumprem suas obrigações devem ser reprovados, o que infelizmente não aconteceu nas últimas eleições. Muitos dos envolvidos no mensalão e no esquema dos sanguessugas retornaram à Câmara. Ora, se eles não cumpriram com dignidade os seus mandatos, o povo deveria ter cobrado na eleição. Mas o que aconteceu? O próprio povo reconduziu aqueles que estavam sendo reprovados pelo Parlamento e até pela Justiça. Reprovar na hora do voto faz parte do processo democrático. Como o político não pode assinar compromissos em cartório em período eleitoral, porque isso é crime, ao longo do mandato ele deverá cumprir as promessas de campanha, cabendo ao eleitor aprovar ou não o candidato nas eleições seguintes.



## LEI ELEITORAL

Renato Sampaio, de Barretos (SP)

“Por que tanta discussão a respeito da reforma política, se a própria classe não tem interesse nessa reforma?”

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) responde:

Acredito que precisamos com urgência fazer a reforma política. O maior problema na aplicação das leis eleitorais é a improvisação existente. Elas são elaboradas e mudadas a cada eleição, o que dificulta a consolidação das normas. Ficamos diante de questões importantes que acabam sendo redefinidas a cada pleito, com desgaste e injustiças.



## QUEM ASSUME?

Dennys e Silva Mayer, de Sumé (PB)

“Caso a prefeita de Sumé seja cassada e seu vice tenha as contas rejeitadas e a mesma situação se repetir para o segundo colocado e seu vice, quem assumirá a prefeitura?”

O senador Sibá Machado (PT-AC) responde:

Nesse caso, ninguém assumirá a prefeitura, se os problemas ficarem configurados antes da diplomação. A saída é convocar nova eleição para prefeito e vice-prefeito. Já se a constatação do impedimento ocorrer após a diplomação, assume o presidente da Câmara Legislativa.



## Frases

“Obviamente, no âmbito de um governo como o do presidente Lula, que é um amante da democracia, jamais estaria Delfim Netto considerando sugerir medidas que não fossem de pleno respeito às formas democráticas”

Eduardo Suplicy, para quem não será surpresa se Delfim Netto – duas vezes ministro no regime militar – participar do governo.

“Quebraria o país, quebraria a Previdência, os estados mais pobres e os municípios, que também têm de fazer a correção do salário. Seria insustentável”

Valdir Raupp, relator do Orçamento de 2007, descartando o pleito das centrais sindicais de um mínimo de R\$ 420.

“O comandante deixa claro que a população não terá mais prejuízo. Se for necessário, haverá o aquartelamento”

Sibá Machado, ao comentar reunião com o Comando da Aeronáutica sobre medidas para impedir nova greve branca dos controladores de tráfego aéreo.

“Não sei por que essa pressa. A MP veio agora no final do ano com espírito natalino. Uns querem receber o Papai Noel, outros querem sangrar os cofres da União. Essa medida permite a proliferação de portos secos sem as devidas fiscalizações, como a fitossanitária”

Heráclito Fortes, criticando as novas regras para abrir portos secos.

“Enfrentei o ódio implacável, a tirania e a trapaça de gente pusilânime, inescrupulosa, comerciantes com talento só para fazer o comércio das amizades, dos sentimentos, dos valores morais, das estruturas partidárias e das convicções ideológicas”

Heloísa Helena, em seu discurso de despedida do Senado.

“Poucos puderam sair daqui com a cabeça erguida como a senhora está saindo. Fico orgulhoso de ter sido seu contemporâneo no Senado”

Arthur Virgílio, na sessão de despedida da senadora Heloísa Helena.

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

## Foto da Semana

Tendo o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao seu lado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é cercado pela imprensa, na última quinta-feira, após sancionar a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. No mesmo dia, Lula foi diplomado pelo Tribunal Superior Eleitoral como presidente reeleito da República. A cerimônia contou com autoridades representantes dos Três Poderes



GERALDO MAGELA



# Rádio debate política de saneamento básico

A implantação da lei que cria as diretrizes nacionais para a política de saneamento básico e o Sistema Nacional de Informações (Sinisa) do setor é o tema de debate do programa *Conexão Senado* desta segunda-feira, ao meio-dia.

O Projeto de Lei 7.361/06 foi aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados, sem alterações no texto já aprovado pelo Senado, e seguiu para sanção presidencial.

O projeto prevê que todo brasi-

leiro terá acesso à rede de água e esgoto e que o governo vai adotar técnicas e processos que considerem as peculiaridades regionais. Prevê, também, que os sistemas de saneamento serão integrados e que o uso de tecnologia terá de se adequar à capacidade de pagamento dos usuários.

## Ondas Curtas tira dúvidas do cidadão

O programa *O Senado é Mais Brasil*, veiculado pela Rádio Senado Ondas Curtas, apresenta



EDUARDO KNAPP/FOLHA IMAGEM

Projeto de lei que aguarda sanção presidencial determina que todos os brasileiros deverão ter acesso à rede de água e esgoto

nesta segunda-feira, no quadro "Pergunte ao Doutor", entrevista sobre problemas de audição na infância com a fonoaudióloga Carla Cavalcanti. Na terça, o quadro "Fique por Dentro da Lei" contará com a participação da advogada e consultora do Senado Roberta Corrêa, que responderá a dúvidas enviadas pelos ouvintes sobre contribuição sindical. As duas entrevistas serão reprisadas

no sábado.

E na véspera de Natal, no bloco "Contos que Encantam", vai ao ar o especial *Santa Claus*, que narra a origem do mito do Papai Noel.

*O Senado é Mais Brasil* vai ao ar de segunda a domingo, das 7h às 10h, e às sextas-feiras das 7h às 9h. Para ouvir basta colocar o receptor de ondas curtas na faixa de 49 metros e sintonizar a frequência de 5.990 khz.

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Fala Cidadão  
3h - Idéias  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Idéias  
5h30 - Fala Cidadão  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 2  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Especiais/Comissões  
12h - Idéias  
12h30 - Entrevista 3  
13h - Cidadania 3  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Conversa de Músico  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 4  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 1  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 1  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 2  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 3/Comissões  
20h30 - Entrevista 3  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 4  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 4  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 1  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 2/Comissões  
20h30 - Entrevista 2  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 2  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 3  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 3  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 4  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 1/Comissões  
20h30 - Entrevista 1  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 3  
14h15 - Jornal do Senado  
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Conversa de Músico  
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural  
23h30 - Idéias  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

1h - Cidadania  
2h - Idéias  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Fala Cidadão  
4h30 - De Coração  
5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Idéias  
7h30 - Entrevista  
8h - De Coração  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

11h - Idéias  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Fala Cidadão  
13h30 - Cidadania  
14h30 - Conversa de Músico  
15h - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Entrevista  
17h30 - Idéias  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Leituras  
20h30 - Fala Cidadão  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Idéias  
23h30 - De Coração  
24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

1h - Cidadania  
2h - Fala Cidadão  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Idéias  
4h30 - De Coração

## Como sintonizar

### TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

### TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

### ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal  
Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Fala Cidadão  
7h30 - Entrevista  
8h - Jornal do Senado  
8h30 - De Coração  
9h - Especiais  
9h30 - Idéias  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Fala Cidadão  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Idéias  
13h30 - Cidadania  
14h30 - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Fala Cidadão  
17h30 - Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Conversa de Músico  
20h30 - Leituras  
21h - Idéias  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Fala Cidadão  
23h30 - De Coração  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

## Rádio Senado

### TODOS OS DIAS

6h - Matinas  
7h55 - Cidadania Dia-a-dia  
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

### DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais  
7h10 - Música e Informação  
8h - Senado Notícias  
8h30 - Plenário em Destaque  
19h - Voz do Brasil  
19h30 - Jornal do Senado  
20h - Música e Informação  
21h - Crônicas Musicais (reprise)  
21h10 - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
24h - Música e Informação

### DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

### DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias

### SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação  
9h30 - Música e Informação  
21h - 180 Anos do Senado  
22h - Música e Informação

### SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo  
10h - Senado Notícias (reprise)  
11h - Senado Resumo (reprise)  
12h - Conexão Senado  
13h40 - Senado Notícias  
23h - Brasil Regional (reprise)

### TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

### SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)  
12h - Música e Informação  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Música e Informação  
18h - Senado Resumo  
20h - Reportagem Especial  
23h - Improviso Jazz (reprise)

### SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira  
9h - Prosa e Verso  
10h - Especial (reprise)  
11h - Música Erudita  
12h - Senado Resumo (reprise)  
13h40 - Música e Informação  
15h - Autores e Livros  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e Informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Senado Resumo (reprise)  
20h - Escala Brasileira

### DOMINGO

8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
11h - Música do Brasil  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Prosa e Verso  
17h - Reportagem Especial (reprise)  
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)  
20h - Jazz & Tal

## Como sintonizar

### FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

### ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

### ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2



## SENADO

## Efraim recebe medalha Sangue dos Heróis

O senador Efraim Morais (PFL-PB), 1º secretário do Senado, recebeu, na última terça-feira, a medalha Sangue dos Heróis. A seção Brasília da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária do Brasil (FEB), ao lado da seção Nova Iguaçu da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, concederam ao senador a comenda em memória de seu pai, Inácio Bento de Morais, herói da Segunda Guerra Mundial, morto em 1990.

– Essa homenagem é muito importante e honrosa. O respeito que tenho pelos ex-combatentes me lembra de imediato o meu pai, de quem me orgulho muito e que vai ser sempre o meu herói. Este é um momento patriótico e

heróico – disse o senador emocionado.

O presidente da Associação dos Veteranos, Vinícius Vênus da Silva, destacou que a condecoração nacional, criada em 1997, premia os que, por qualquer motivo e em qualquer ocasião, cultuaram ou cultuam os feitos gloriosos dos militares participantes da Segunda Guerra nos campos de batalha da Itália e apóiam de algum modo aqueles que permanecem vivos. Caso do senador Efraim Morais, ressaltou.

O presidente da Associação dos Ex-Combatentes, Lincoln Moreira da Costa, destacou ainda os feitos protagonizados em combate pelos militares do contingente brasileiro, ao lado dos aliados.



Regido por Glicínia Mendes, o Coral do Senado tornou-se um dos principais coros de Brasília

## OBRAS RARAS

## Atlas e relatório detalham área do rio São Francisco

O *Atlas e relatório concernente à exploração do rio de S. Francisco* reúne 48 mapas litografados, parcialmente coloridos e em folha dupla, com reproduções dos resultados da viagem de Henrique Guilherme Fernando Halfeld, engenheiro civil que explorou a região entre 1852 e 1854 a pedido do imperador dom Pedro II.

A obra apresenta sondagens, medições e indicações de detalhes sobre formações geológicas e características da vegetação da área. Entre as ilustrações há um mapa geral, perfil longitudinal do leito do rio, além de vistas e mapas das cachoeiras e de afluentes. A execução foi entregue a Eduard Rensburg, litógrafo alemão que gravou os mapas na pedra.

A expedição cartográfica foi relatada pelo diplomata e naturalista suíço Johann Jakob von Tschudi: “A viagem de exploração durou um ano e sete meses e foi acompanhada de muitos incômodos e perigos. Halfeld e muitos dos seus companheiros, assim como toda a expedição, sofreram com as febres malignas, especialmente na região



do Baixo Francisco. (...) Uma exposição cientificamente tão perfeita e fiel como essa não havia até então no Brasil, a respeito de nenhum dos seus grandes rios. Até o momento presente ainda não foi superada, como comprova a circunstância de ter sido utilizada para o planejamento da construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso”.

Em 1860, a obra foi luxuosamente impressa, e dois anos depois o governo imperial brasileiro mandou distribuir às bibliotecas europeias uma série de exemplares.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. Atlas e relatório concernente à exploração do Rio de S. Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico. Rio de Janeiro: Typographia Moderna de Georges Bertrand, 1860.

As resenhas e as imagens de obras raras, veiculadas quinzenalmente neste espaço, são produzidas pela Biblioteca do Senado. Mais informações podem ser obtidas no site [www.senado.gov.br/sf/biblioteca](http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca), pelo e-mail [sbib@senado.gov.br](mailto:sbib@senado.gov.br) ou pelo telefone (61) 3311-3943.

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: João Alberto Souza  
3º Secretário: Paulo Octávio  
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos  
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editor-chefe: Valter Gonçalves Jr.  
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.  
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado  
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Festival marca dez anos do Coral do Senado

A realização do 1º Festival de Coros Natalinos do Senado Federal na semana passada, com apresentações itinerantes, marcou o aniversário de dez anos do grupo da Casa.

O evento foi encerrado na quinta-feira, na sala Martins Penna do Teatro Nacional Cláudio Santoro, com um concerto que reuniu os cinco corais que participam do festival.

Regido por Glicínia Mendes, o Coral do Senado abriu o festival cantando *Lux Aeterna*, de Fernando Moruja, e *Glória*, de Eldom Soares.

– O Coral do Senado, nesses dez anos, tornou-se um dos principais corais de Brasília, motivo de orgulho para nós, servidores da Casa – destaca o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia.

O Coro Feminino Cantares alterou a rotina da Secretaria Especial de Editoração e Publicações

(Seep) na última quarta-feira. Os funcionários do centro gráfico local pararam para ouvir as canções apresentadas pelo grupo.

A exibição do coral de 12 vozes, regidas pelo maestro Éder Camúzis e acompanhadas pela pianista Marília de Alexandria, teve início na Subsecretaria de Assistência Médica e Social (Sams). Em seguida, o grupo foi ao Prodasen e encerrou a apresentação no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, localizado no Anexo 1 do Senado.

Fundado em 1997 por Camúzis, o Coro Feminino Cantares é formado por alunas dos cursos básico e técnico do Centro de Educação Profissional da Escola de Música de Brasília.

– Há pessoas que muitas vezes não podem ir a um teatro ou a uma sala de espetáculo. Então, num período desse, de fim de ano e de Natal, é importante você levar

música para as pessoas, ou seja, você está levando cultura para as pessoas – afirmou Camúzis ao comentar a apresentação itinerante do Coro Feminino Cantares.

### Aprovação do festival e dos coralistas

A funcionária Elieme Rodrigues da Silva, que trabalha na Seep, aprovou a exibição.

– Trabalho há 13 anos aqui na gráfica e nunca vi uma coisa tão bonita – frisou a servidora.

O motorista Jean Carlos também gostou e defendeu a promoção de ações culturais no Senado.

O 1º Festival de Coros Natalinos foi uma iniciativa do Cerimonial da Presidência do Senado Federal e do Serviço de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional da Secretaria de Recursos Humanos, com a parceria do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo (Sindilegis).

## TV Senado deverá exibir multiprogramação

Ao participar de audiência pública no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, na última segunda-feira, o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) do Senado, Armando Sobral Rollemberg, falou sobre a possibilidade de a TV Senado vir a exibir multiprogramação, após a implantação do sistema digital de televisão no Brasil.

– Se temos a Comissão de Educação funcionando ao mesmo tempo que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por que não podemos transmitir nos nossos canais as três ou quatro reuniões simultaneamente? – questionou.

O diretor da Secs relatou aos membros do conselho as medidas que estão sendo tomadas para preparar as TVs públicas para a era digital. Rollemberg comunicou a contratação, por meio da Universidade de Brasília, de curso de pós-graduação, *latu sensu*, com 360 horas-aula, na área de telecomunicações digitais. O programa de aperfeiçoamento, afirmou o diretor, deverá atender engenheiros de telecomunicações do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Radiobrás.

Rollemberg fez uma retrospectiva do processo de implantação do sistema de comunicação do Senado Federal, lembrando as críticas feitas ao projeto por

setores da imprensa privada. Agora, após dez anos de atividades do sistema de comunicação, assinalou, é possível perceber o “elevado nível de credibilidade” alcançado pelos órgãos de comunicação da Casa, o que pode ser comprovado, de acordo com ele, pela grande utilização de seus conteúdos pela imprensa escrita, televisionada e radiofônica.

– Nesses dois últimos anos, nossa audiência na TV a cabo mais que decuplicou. Também a nossa logomarca nunca foi tão exibida nos noticiários mais importantes de todas as emissoras do país. Até mesmo no exterior nossa logomarca tem sido veiculada, o que é prova de que nosso trabalho está sendo efetivamente utilizado – assinalou.



# Condomínio: respeito é regra maior

Somente o estado de São Paulo tem cerca de 40 mil condomínios residenciais, com mais de 16 milhões de moradores. Se os problemas, que costumam surgir com frequência, não são resolvidos de forma justa, a

convivência se transforma em tortura, sem contar que as discussões podem acabar nos tribunais e até em violência. Há farta jurisprudência sobre questões entre vizinhos, mas as brigas podem ser evitadas com paciência, participação

responsável e, principalmente, com o cumprimento dos deveres e o respeito aos direitos de cada um. Veja nesta e na próxima edição do Especial Cidadania dicas para conviver em harmonia em condomínios.

## Direitos e deveres dos condôminos

### Direitos

- ▶ Dispor da sua unidade e das áreas comuns, sem infringir as normas vigentes.
- ▶ Participar das assembleias.
- ▶ Candidatar-se a cargos e ser eleito, desde que não tenha dívida com o condomínio.
- ▶ Alugar sua vaga na garagem a outros condôminos, dando preferência primeiro aos proprietários e depois aos inquilinos.
- ▶ Vender a vaga de garagem a outro condômino (a venda e o aluguel a não-condôminos só podem ser feitos se a convenção do condomínio permitir e se a assembleia geral não se opuser), lembrando que a garagem só pode ser vendida se tiver matrícula própria no cartório de registro de imóveis.
- ▶ Recorrer à assembleia contra decisão do condomínio: basta redigir uma carta aos condôminos pedindo que conste da convocação

da assembleia a apreciação do recurso, e entregá-la ao síndico, que deve dar recibo, até 15 dias depois de recebida a multa ou no prazo definido pela convenção.

### Deveres

- ▶ Cumprir o regulamento interno, a convenção e a legislação vigente.
- ▶ Pagar o fundo de reserva e as despesas do condomínio na proporção de sua fração ideal.
- ▶ Manter e conservar as áreas comuns, como *hall* social, salão de festas, garagens e piscina – respeitando os direitos dos moradores, funcionários e vizinhos – e reparar qualquer dano causado pelo ocupante do imóvel à sua unidade e às áreas comuns.
- ▶ Se locador, deve entregar ao inquilino uma cópia da convenção e do regulamento interno para que o ocupante do imóvel possa cumprir corretamente todas as regras.

### O condômino não pode

- ▶ Realizar obras que comprometam a segurança ou alterem a fachada do condomínio.
- ▶ Usar a unidade de forma diferente do que foi definido para o prédio (montar uma empresa ou fundar uma igreja em um prédio residencial).
- ▶ Prejudicar o sossego, a qualidade de vida e a segurança dos demais condôminos.
- ▶ Dificultar o uso das áreas comuns.

### Penalidades

O condômino inadimplente deve pagar a taxa de juros prevista na convenção ou, não sendo prevista, 1% ao mês e multa de até 2%. O condômino que repetidamente tiver comportamento inadequado à convivência pode ser multado pela assembleia em até dez vezes o valor da taxa condominial.

## PRESENÇA DE ANIMAIS

A maioria dos tribunais entende que é permitida a presença de animais de estimação nas unidades dos condomínios. O animal deve ser pequeno, mantido com cuidado e zelo, e não pode provocar transtornos aos outros moradores.

O condomínio pode proibir o uso das áreas comuns para a recreação dos animais, mas só pode tirá-los dos apartamentos ou aplicar multas quando o animal ferir o direito dos moradores à saúde, higiene, sossego e segurança.

As áreas comuns não podem ser usadas como banheiro pelos animais e a responsabilidade pela limpeza é do dono do animal, mesmo que haja um faxineiro no prédio.

## SEGURANÇA E VIGILÂNCIA

É dever do síndico zelar pela segurança do condomínio, revisando periodicamente os equipamentos de incêndio, registros de água, instalações de gás, *boilers*, piscinas, etc.; e manter os acessos em perfeitas condições de segurança, podendo o condomínio ser responsabilizado por furto caso a manutenção de portas, grades e portões tenha sido negligenciada.

O condomínio só pode ser responsabilizado pelo furto ou danos ocorridos dentro de suas instalações se tiver serviço de vigilância dos veículos (o porteiro não é considerado vigilante). Do contrário, o condômino não pode culpar o condomínio.



FÁBIO MACHADO/FILIRCK

A lei define as responsabilidades de cada morador que vive em condomínio, mas bom senso e tolerância são fundamentais

## Despesas do locador e do locatário

A lei define as obrigações do locador (proprietário) e do locatário (inquilino). Ao locatário cabem as **despesas ordinárias**:

- ▶ salários/encargos trabalhistas e seguros;
- ▶ água e esgoto, gás, luz e energia elétrica;
- ▶ limpeza, conservação, pintura e pequenos reparos;
- ▶ manutenção e conservação dos elevadores, instalações e equipamentos, incluídos os de esportes e lazer;
- ▶ rateios de saldo devedor;
- ▶ reposição do fundo de reserva usado para o pagamento das despesas acima.

**O locador deve arcar com as despesas extraordinárias:**

- ▶ reformas ou acréscimos;
- ▶ pintura das fachadas, empenas, poços e esquadrias externas;
- ▶ obras para a repor condições de habitação do edifício;
- ▶ instalação de equipamentos de segurança e de incêndio, de telefonia, de intercomunicação, de esporte e de lazer;
- ▶ decoração e paisagismo;
- ▶ constituição de fundo de reserva.

Quando o locador não estiver presente ou representado, o locatário tem direito de votar nas assembleias sobre as despesas ordinárias. Ao inquilino também são garantidos todos os direitos de uso dos condôminos proprietários.

## Propriedade e uso das áreas comuns

À exceção das unidades, as demais áreas do condomínio pertencem a todos os condôminos. Direitos diferenciados em relação às áreas comuns só valem se houver uma convenção registrada antes da venda das unidades ou se todos os condôminos, sem exceção, com isso concordarem. É o caso dos apartamentos com cobertura, em que a área comum passa a ser de uso restrito do apartamento do último andar. Quando os demais condôminos compram sua unidade, renunciam automaticamente ao direito de uso da cobertura. Assim, a existência de convenção registrada é mais um item a ser verificado com cuidado na aquisição de um imóvel em condomínio. Muitas vezes os condôminos

descobrem, depois de adquirido o imóvel, que as vagas de garagem não são suficientes para todos. Por lei, a demarcação e distribuição desses espaços só é possível se todos aceitarem, sem ressalvas. Para isso, é preciso uma assembleia geral para reformar a convenção, cuja decisão deve ser lavrada em escritura pública assinada por todos os proprietários e averbada em cartório. Só assim a solução (distribuição das vagas por unidade ou a criação de rodízios e sorteios, por exemplo) será definitiva, já que os novos proprietários ou ocupantes estarão sujeitos à decisão.

Não havendo acordo em assembleia, aquele que chegar primeiro, a cada dia, pode ocupar o espaço disponível.

### Saiba mais

#### Projetos de lei

PLS 179/06 - De autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), propõe tornar obrigatória a individualização das tarifas de saneamento básico nos condomínios.

PLS 26/05 - Proposto pelo senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), pretende modificar o Código de Processo Civil, a fim de transformar a taxa de condomínio em título executivo extrajudicial.

#### Legislação

Lei 10.406/02 - Código Civil (Título III - Da Propriedade, Capítulo VI - Do Condomínio - artigos 1.314 a 1.358): [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm)

Lei 4.591/64 - Lei do Condomínio - [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4591.htm)